



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA



Samantha Cristina de Paiva Maia

**ANÁLISE DOS PROCESSOS MUSEOLÓGICOS EM REPOSITÓRIOS DIGITAIS  
VINCULADOS À MEMÓRIA DOS ROMPIMENTOS DE BARRAGENS EM  
BRUMADINHO E MARIANA.**

Ouro Preto, MG

2026

Samantha Cristina de Paiva Maia

**ANÁLISE DOS PROCESSOS MUSEOLÓGICOS EM REPOSITÓRIOS DIGITAIS  
VINCULADOS À MEMÓRIA DOS ROMPIMENTOS DE BARRAGENS EM  
BRUMADINHO E MARIANA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título  
de bacharel em Museologia pela Universidade  
Federal de Ouro Preto.

Orientadora: Profa. Dr. Marcia Maria Arcuri  
Suñer  
Coorientador(a): Profa. Dr. Ana Elisa Costa  
Novais

Ouro Preto, MG

2026

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M217a Maia, Samantha Cristina de Paiva.

Análise dos processos museológicos em repositórios digitais vinculados à memória dos desastres de rompimentos de barragens em Brumadinho e Mariana. [manuscrito] / Samantha Cristina de Paiva Maia. - 2026.

73 f.: il.: color., gráf., tab., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Maria Arcuri Suñer.

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Elisa Costa Novais.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Museologia .

1. Patrimônio cultural - Memória coletiva - Preservação digital. 2. Territorialidade humana. 3. Repositórios institucionais. 4. Museologia - Gestão do conhecimento. I. Suñer, Marcia Maria Arcuri. II. Novais, Ana Elisa Costa. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 069

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Samantha Cristina de Paiva Maia

Análise dos processos museológicos em repositórios digitais vinculados à memória dos rompimentos de barragens em Brumadinho e Mariana

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia

Aprovada em 10 de março de 2026.

Membros da banca

Dra. Marcia Maria Arcuri Suñer - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto  
Dra. Ana Elisa Costa Novaes - Instituto Federal de Ouro Preto  
Dra. Gabriela de Lima Gomes - Universidade Federal de Ouro Preto  
Ms. Larissa Venâncio Gonçalves - Universidade Federal de Ouro Preto

Maria Maria Arcuri Suñer, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 19/05/2026



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Arcuri Suner, DIRETOR(A) DA ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA**, em 23/05/2026, às 00:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1113121** e o código CRC **1F3631F9**.

## AGRADECIMENTOS

Devo agradecimentos para as pessoas e situações que me aconteceram. A Museologia me moldou nesses anos de forma especial, mas sem a presença destes que citarei não teria sido da forma que foi.

Agradeço primeiramente aos meus irmãos, Andressa e Ayron pelo apoio e parceria. Em especial ao meu irmão Thales por ter sido meu maior incentivador no momento de entrar na Universidade Federal de Ouro Preto. Em um momento de incertezas me ajudou a escolher meu caminho e esse incentivo me trouxe até aqui, sou grata por vocês.

Agradeço a minha mãe Sônia por confiar em mim e por me ajudar mesmo de longe, foi difícil estar longe neste período da minha vida mas me auxiliou com o que conseguiu, sou muito grata.

Ao meu namorado Bernardo que é uma luz na minha vida. O apoio, a escuta e a parceria dele neste momento e principalmente nos últimos meses me fizeram mais forte. Obrigada por tudo, sua presença na minha vida é indispensável.

Agradeço às minhas amigas que consolidei na República Café com Prosa em especial a Anna Julia e Yasmin agradeço ao apoio, às trocas e conversas sinceras que me confortaram e nos fortaleceram juntas na graduação. Me lembraram durante esse percurso que eu não estava sozinha, são muito especiais para mim.

Agradeço às professoras Dr. Gabriela de Lima Gomes, Dr. Marcia Arcuri Suñer e Dr. Ana Elisa Costa Novais pelas centenas de ensinamentos e a possibilidade de desenvolver pesquisas no LAFOTO- IFAC/UFOP, LAPACOM - DEMUL/UFOP e IFMG respectivamente.

Por fim, agradeço às minhas amigas Gardênia e Maria Teresa pela gentileza, paciência, compreensão e trocas como colegas de trabalho durante meu estágio na Reserva Técnica da Renova.

Este trabalho é fruto do envolvimento com o tema abordado construído de modo gradual ao longo dos anos da minha formação. Ao presenciar meu primeiro estágio obrigatório na Reserva Técnica da Renova entre 2024 e 2025 pude manter nesse período, uma sensibilidade desenvolvida principalmente ao ver de perto e muito detalhadamente um percurso difícil enfrentado pelas vítimas do desastre do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana. Que este trabalho impulse e dê visibilidade a luta das pessoas que foram invisibilizadas pelos desastres criados.

## RESUMO

O trabalho “Análise dos processos museológicos em repositórios digitais vinculados à memória do rompimento de barragens em Brumadinho e Mariana” discute os processos de relação entre teorias caras para a Museologia e à memória digital de dois principais desastres criados pelos rompimentos de barragens em Minas Gerais. O objetivo geral foi analisar, comparativamente como os repositórios digitais mapeados agem em aspectos de curadoria, de ferramenta de busca, na preservação da memória digital, na divulgação de conteúdos e na formação organizada de acervos digitais. Foram mapeados doze repositórios digitais, cujos endereços eletrônicos mantêm uma coleção organizada de acervos com temáticas diversificadas como fotos, vídeos, atas de reunião, pareceres e podcasts entre outras tipologias. O acesso foi realizado por consulta em campos informacionais de ferramentas de busca e acesso, na interface de cada site. Posteriormente a análise foi realizada observando-se níveis de obtenção de narrativa, interoperabilidade e preservação. O resultado alcançado pela pesquisa revelou que não há comunicação entre os repositórios e nem a divulgação entre eles, que suas ferramentas de busca não cumprem os requisitos de padronização de metadados (IBRAM, 2020); que há redundância entre os acervos, vieses, lacunas e não possuem a imparcialidade necessária à formação de acervos institucionais, no caso dos repositórios de autoria dos atores responsáveis pelo rompimento das barragens estudadas; bem como pela falta de compromisso com a divulgação de informações disponíveis em outros repositórios. Tendo em vista a importância da preservação da memória dos desastres e a urgência da reparação e da divulgação das histórias relacionadas aos desastres criados, a fim de se expandir a visibilidade de narrativas invisibilizadas nos últimos dez anos. Partindo dessa constatação, o trabalho propõe uma política de repositório digital sobre memória dos desastres, que utilize ferramentas de busca que cumpram com os 15 elementos propostos pelo padrão de metadados *Dublin Core* (IBRAM, 2020) que integre as comunidades atingidas em todas as fases de sua construção e que possa promover interoperabilidade entre os repositórios já existentes. Com isso, defende-se que processos museológicos devem ser integrados desde a gênese e concepção deste ambiente virtual, visando dessa maneira a minimização das falhas de interoperabilidade e dissociação de informações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória digital; Territorialidade; Práticas culturais; Repositório; Processos Museológicos.

## ABSTRACT

The work “Analysis of museological processes in digital repositories linked to the memory of the mining dam collapses in Brumadinho and Mariana”, it discusses the processes of relation between theories that are central to Museology and the digital memory of the two main disasters caused by mining dam collapses in Minas Gerais. The main objective was to comparatively analyze how the mapped digital repositories operate in terms of curation, search tools, preservation of digital memory, dissemination of content, and the organized formation of digital collections. Twelve digital repositories were mapped, whose websites maintain an organized collection of holdings with diverse themes such as photos, videos, meeting reports, and podcasts, among others types. Access was conducted through searches in the informational fields of search and access tools on each site’s interface. Subsequently, the analysis was performed by observing levels of narrative acquisition, interoperability, and preservation. The research results revealed that there is no communication between the repositories, nor promotion among them; that their search tools do not meet the metadata standardization requirements (IBRAM, 2020); that there is redundancy among the collections, biases, gaps, and a lack of the necessary impartiality for the formation of institutional collections, particularly in repositories authored by actors responsible for the studied dam failures; as well as a lack of commitment to disseminating information available in other repositories. Considering the importance of preserving the memory of the disasters and the urgency of repairing and disseminating the stories related to the created disasters, in order to expand the visibility of narratives that have been rendered invisible over the last ten years, this study proposes a digital repository policy on disaster memory. This policy would use search tools that comply with the 15 elements proposed by the Dublin Core metadata standard (IBRAM, 2020), integrate affected communities in all phases of its development, and promote interoperability among existing repositories. Thus, it is argued that museological processes should be integrated from the genesis and conception of this virtual environment, aiming to minimization interoperability failures and information dissociation.

**KEYWORDS:** Digital memory; Territoriality; Cultural practices; Repository; Museological processes.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução tecnológica da biblioteca.....	24
Figura 2: Planejamento de preservação.....	27
Figura 3: Informação de empacotamento.....	28
Figura 4: Plataforma Brumadinho.....	32
Figura 5: Centro de Informação Técnica (Reparação Bacia do Rio Doce) - CIT.....	32
Figura 6: Centro de referência Memorial Brumadinho.....	33
Figura 7: Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG - IBAMA.....	34
Figura 9: Biblioteca digital do Ministério dos Direitos Humanos (relatórios sobre Fundação)...	35
Figura 10: Cáritas.....	36
Figura 11: Instituto Camila e Luiz Taliberti - Acervo Somos Sementes.....	37
Figura 13: Museu da Pessoa - histórias ligadas a Brumadinho.....	39
Figura 14: Jornal A Sirene.....	39
Figura 15: Biblioteca do Movimento dos atingidos por barragens - MAB.....	40
Figura 16: Mapa de passagem da lama.....	42
Figura 17: Coleção Domesticidade.....	45
Figura 18: Coleção Domesticidade.....	45
Figura 19: Hayo, chefe da comunidade indígena Pataxo Ha-ha-hae, observa o rio Paraopeba	47
Figura 20: Gráfico 1 - Quantidade de tipos de acervo por repositório:.....	60
Figura 21: Gráfico 2 - Ferramentas de busca (filtros) disponíveis nos repositórios mapeados	61
Figura 22: Gráfico 3 - Padrão de metadados Dublin Core nos RDs mapeados:.....	62

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Autoria das produções dos acervos.....	63
Tabela 2: Análise de conteúdo específico.....	64

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREMC	Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários
ALA	<i>American Library Association</i>
ATI's	Assistências Técnicas Independentes
BD	Biblioteca Digital
BHP	<i>Broken Hill Proprietary Company Limited</i>
CETIC	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CIT	Centro de de Informação Técnica (Reparação Bacia do Rio Doce)
CMS	<i>Content Management System</i>
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
HTTP	<i>Hypertext Transfer Protocol</i>
ICOM	Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus
ICLT	Instituto Camila e Luiz Taliberti - Acervo Somos Sementes
LABJOR	Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo
MAB	Movimento dos atingidos por barragens
MDH	Ministério dos Direitos Humanos
MINOM	Movimento Internacional para uma Nova Museologia
OAIS	<i>Open Archival Information System</i>
OCLC	<i>Online Computer Library Center</i>
PEAB	Política Estadual dos Atingidos por Barragens
PNAB	Política Nacional dos Atingidos por Barragens
RD	Repositórios Digitais
RLG	<i>Research Library Group</i>
TIC Cultura	Tecnologia Informação e Comunicação Cultura
TTAC	Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
UFMG	Universidade Federal do Estado de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
WWW	<i>World Wide Web</i>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1 Delimitação do problema.....	17
1.2 Objetivos.....	18
1.3 Objetivos específicos.....	19
1.4 Justificativa.....	19
<b>2. PRÁTICAS CULTURAIS NA LÓGICA DAS PLATAFORMAS DIGITAIS</b> .....	20
<b>3. A ESSÊNCIA DE REPOSITÓRIOS DIGITAIS NA PRESERVAÇÃO E GESTÃO DE INFORMAÇÕES</b> .....	24
3.1 Repositórios digitais confiáveis.....	26
<b>4. REPOSITÓRIOS DIGITAIS VINCULADOS AO ROMPIMENTO DE BARRAGENS - MAPEAMENTO DE SITES</b> .....	31
<b>5. MEMÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: QUAL A FORÇA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PROMOVER MEMÓRIA?</b> .....	42
5.1 Memória e território - Como esses conceitos aparecem no processo de reparação?.....	42
5.2 Qual a força dos movimentos sociais em promover memória?.....	48
5.3 Preservação da memória.....	50
<b>6. COLETA E ANÁLISE COMPARATIVA DE DADOS DOS REPOSITÓRIOS DIGITAIS VINCULADOS AO ROMPIMENTO DE BARRAGENS A PARTIR DO OLHAR MUSEOLÓGICO</b> .....	58
6.1 Participantes.....	58
6.2 Materiais.....	59
6.3 Análise de dados.....	65
<b>7. RESULTADO</b> .....	67
<b>8. CONCLUSÃO</b> .....	68
<b>9. REFERÊNCIAS</b> .....	70

## 1. INTRODUÇÃO

A Museologia em seus elementos edificantes articulou a integração das comunidades na discussão e reflexão museológica a partir de alguns importantes eventos. Eventos esses em que se almejou realizar a construção e a evolução da “Nova Museologia” baseada em novas e diversificadas práticas museológicas que ansiavam a ampliação e aprimoramento dos museus. As instituições e ações museológicas têm lugar nos estudos das Ciências do Patrimônio e da Museologia onde as experiências se materializam em diferentes acepções (Mattos, 2007). No campo dos estudos da museologia social, é relevante pensar o museu como um fenômeno mais geral, resultado do alargamento dos tempos de lazer, da tomada de consciência cultural, e da reação às ameaças inerentes à aceleração das transformações sociais (Moutinho, 1993).

Dentre tais aspectos, através da publicação “A memória do pensamento museológico contemporâneo - documentos e depoimentos” publicada em 1995 pelo Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (*International Council of Museums - ICOM*, em inglês) são dispostos quatro documentos importantes a fim de causar discussões a serem estabelecidas pela comunidade museológica brasileira: As conclusões do Seminário Regional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO*, em inglês) sobre a função educativa dos Museus no Rio de Janeiro (1958); a Declaração da Mesa-Redonda de Santiago do Chile de 1972 que pela primeira vez deu enfoque para a centralidade do patrimônio integral e especificidades dos contextos latino-americanos; a Declaração de Quebec de 1984, que sistematizou os princípios básicos da Nova Museologia e a Declaração de Caracas de 1992, que fortaleceu os pilares estabelecidos nas cartas anteriores (ICOM, 1995). Também aconteceu nesse cenário, a XV Conferência Internacional do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), realizada no Rio de Janeiro em 2013.

Todos esses documentos e eventos são entendidos como estruturantes na transformação dos olhares do campo museal como parte do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) criado em 1984, durante o I Atelier Internacional de Ecomuseus/Nova Museologia, em Quebec.

A museóloga Georgina DeCarli (2003) esclarece que foi fundamental para o Minom, primeiramente, a IX Conferência Internacional do Conselho Internacional de Museus (Icom, sigla em inglês), realizada na França em 1971, quando foi gestado o conceito de “ecomuseu”. Mas é sobretudo na mítica Mesa Redonda de Santiago do Chile, de 1972, promovida pela

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, em que teve seu maior suporte (Tolentino, 2023, p. 129).

No Brasil, a discussão ganha força com o surgimento da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC) em 2004 e a elaboração da Carta de Belém, em 2007, que compartilham a proposta de “consolidar o desejo de diálogo e o exercício da cidadania na busca de um discurso aberto e culturalmente híbrido, enraizado nas necessidades contemporâneas das comunidades” (Mattos, 2007, p. 91).

A partir disso, observa-se mudanças nas concepções do fazer museu e também do fazer museal com a integralização de aspectos menos tecnicistas que deram lugar também a aspectos de sua função social. Com a mesa de Santiago, há uma ampliação de conceitos como a filosofia da libertação que via o museu como espaço integrativo. Já na Conferência de Quebec, entende-se que, por oposição a uma museologia de coleções, tomava forma uma museologia de preocupações de caráter social (ICOM, 1995, p.26). Assim, todas essas discussões potencializaram a verbalização de que fatores territoriais e patrimoniais identificados por grupos sociais devem ser reconhecidos como propulsores de memória e auxiliam no desenvolvimento comunitário refletindo também os ideais do pensamento de Paulo Freire, em que o autor defende “a valorização dos estudos das memórias numa perspectiva libertadora e do respeito pela dignidade humana” (Chagas *et al.*, 2014, p. 436 *apud* Mattos, 2007).

No dia 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de rejeitos de propriedade da empresa Samarco, Vale e BHP (*Broken Hill Proprietary Company Limited, em inglês*) em Mariana - Minas Gerais em funcionamento desde 2008, se estendeu por mais de 600 quilômetros ao longo da Bacia do Rio Doce até a foz no Oceano Atlântico, chegando no município de Linhares, no Espírito Santo, em 21 de novembro de 2015. Um total de 663,2 km de corpos hídricos diretamente impactados (IBAMA, 2015). Planos de reparação e reconstrução passaram a ser elaborados, exigindo a mobilização de recursos financeiros e a coordenação de esforços entre todas as instâncias envolvidas, determinando a distribuição de serviços públicos essenciais e o desenvolvimento de políticas públicas que impactam diretamente o espaço urbano (Walter, 2024, p.48). Além de causar a morte de 19 pessoas, o território urbano e social sofreu com completa vulnerabilidade em que foram colocadas as diversas comunidades atingidas.

Em uma perspectiva abrangente sobre os desastres com impactos ambientais em rompimentos de barragens de mineração, eles acontecem dentro de um modelo de acumulação capitalista. Ao se pensar no contexto histórico de formação urbana e populacional da cidade

de Mariana, tem-se que, no período colonial sua expansão se deu pelo grande potencial da extração de ouro de aluvião. Mesmo com a queda do chamado “ciclo do ouro”, a atividade extrativa mineral continuou, principalmente nos primeiros anos da República, quando investidores ingleses adquiriram a Mina da Passagem, marcando a entrada do capital estrangeiro na região (Walter, 2024, p.17).

A partir da década de 1960, instalaram-se na cidade grandes complexos ligados à indústria extrativa mineral, capazes de articular e ordenar o território. Nas décadas seguintes, loteamentos e empresas sofreram com a lógica privada, o que impactou também na falta de participação das comunidades de modo a transformar áreas urbanas.

Ademais, ao investigar as empresas contratadas e subcontratadas para essas ações de reparação e compensação, observou-se que a grande maioria possuía em seus portfólios projetos para grandes corporações da indústria extrativa mineral, especialmente as empresas responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG): Vale S.A., BHP Billiton e Samarco Mineração S.A. Assim, o desastre da Samarco não apenas criou um mercado exclusivo da reparação ambiental, mas também gerou oportunidades de negócios abundantes, fortalecendo um conjunto de empresas já vinculadas à indústria extrativa, consolidando o que pode ser denominado de “negócio da reparação” (Walter, 2024, p.133)

O rompimento da mina Córrego do Feijão em Brumadinho ocorreu 4 anos após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana. Milhões de toneladas de lama soterraram trabalhadores e moradores, gerando 272 mortes e onze desaparecimentos, além de espalharem o rastro de destruição aos arredores, pelos rios da região (Dupin; Pereira, 2022). A lama que afetou o município era de rejeitos de minério de ferro, estocados na barragem que chegou a alcançar 30 metros de altura, escorrendo a 120 quilômetros por hora, destruindo tudo o que havia pelo caminho. O vazamento ocasionou uma devastação que se iniciou na estrutura administrativa e operacional da empresa, atingindo e soterrando comunidades, casas, fazendas e patrimônios locais (Dupin; Pereira, 2022).

A extração de minério, a partir do final do século XVII, que integrou Minas Gerais ao processo colonial, afeta os modos de manutenção da existência humana com foco em Minas Gerais tendo em vista a concentração de reservas de minério.

Os dois desastres discutidos integram o cenário da história de Minas Gerais mostrando que a riqueza da indústria da mineração se mantém na medida em que produz uma transformação irreversível do ambiente e do território (Dupin; Pereira, 2022).

Segundo o autor Tádzio Peters Coelho (2018) as localidades Brumadinho e Mariana possuem o tipo de desenvolvimento econômico baseado no conceito de minério dependência definida como:

Anteriormente, propus que a minério-dependência fosse definida enquanto “situação na qual, devido à especialização da estrutura produtiva de um município, região ou país na extração de minerais”, os rumos da estrutura local são definidos em centros decisórios alheios (Coelho, 2017, p. 2). Esta relação de subordinação faz com que as decisões sobre o que ocorrerá na estrutura produtiva local sejam tomadas em centros políticos externos, tanto empresas multinacionais mineradoras e/ou mercados de commodities minerais, como centros consumidores dentro de um mesmo país ou a demanda internacional, sem se considerar, ou considerando de maneira periférica, os interesses de trabalhadores do setor e dos moradores das regiões mineradas. A minério-dependência gera subordinação frente a mercados globais de commodities, onde são definidos os preços dos minérios exportados, instabilizando social e economicamente os locais minerados devido a flutuações, cíclicas ou não, dos preços (Coelho, 2018, p. 253-254).

Causando então a essas regiões uma dependência econômica, política, ambiental e social que atribui vulnerabilidade às populações levando também ao desestímulo de outras atividades diferentes da mineração para o desenvolvimento econômico tais como a agricultura.

Os danos são transferidos principalmente para as comunidades rurais, que por sua vez, se encontram excluídas da distribuição da renda mineira. Tendo em consideração estes elementos levantados acerca da estrutura do trabalho nos dois municípios, podemos afirmar que, devido à minério-dependência, a população local se encontra em uma situação de restritas opções econômicas (Coelho, 2018, p. 265).

Para mencionar os eventos dos rompimentos de barragens ao decorrer do trabalho, será adotado o termo “desastres criados” (Carneiro; Souza, 2023, p. 509), relacionado aos desdobramentos do modelo de mineração vigente no Brasil que colidiram em dois episódios de rompimento de barragens de rejeitos no intervalo de quatro anos nas cidades de Mariana (2015) e Brumadinho (2019). Os casos demonstram, na perspectiva da contemporaneidade, que esses eventos devem ser entendidos como um rompimento na manutenção e na permanência da dinâmica de habitação, pertencimento e territorialidade no espaço, tanto em sua existência corpórea quanto por sua existência relacional (Santos, 2006, p.173).

Decorrente dessa escolha elimina-se a visão do evento como uma tragédia já que as vítimas percebem o evento ocorrido em Bento Rodrigues como um crime que poderia ter sido evitado. Nega-se o entendimento do ocorrido como tragédia, pois não se trata de fatalidade e esse tipo de evento não pode ser naturalizado (Silva, 2020). Os seus efeitos, não se limitam apenas aos danos físicos, mas também incluem impactos emocionais, psicológicos e sociais (Silva, 2020).

Pautados em uma década de luta no caso do rompimento da barragem de Fundão no município de Mariana, pela sobrevivência digna, e na tentativa de se manter acesso aos variados modos de existência do território impactado é que as pessoas atingidas defendem o lema “ lembrar para não esquecer”, já que tudo foi devastado por onde passou a lama de

rejeitos da Samarco, e “o que resta é a lembrança de um lugar pacato em que os moradores se conheciam pelo nome” (Caldas, 2017, p. 62). A citação anterior é uma fala presente no texto “Vozes e silenciamentos em Mariana: crime ou desastre ambiental?” organizado por Graça Caldas em uma obra coletiva feita pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas - LABJOR/UNICAMP em 2017. Essa fala mostra a fadiga presente nesse cenário dada pela não escuta em reuniões e determinações jurídicas, diante dos efeitos do luto dos atingidos, ainda se mantém um enorme arsenal de forças para que a história de uma população não se apague e nem seja contada por terceiros.

Há nesse contexto relações que se interligam ao investigar a série de mobilizações que os eventos provocaram na memória, nos processos identitários, no patrimônio e no território. No caso do município de Mariana o recorte espacial que baliza o território de Bento Rodrigues irá configurá-lo como um espaço que desde a sua ocupação e delimitação esteve condicionado à lógica desenvolvimentista exploratória (Silva, 2020).

Tendo em vista a busca pela reparação integral das pessoas atingidas em Mariana bem como de Brumadinho, com o rompimento das barragem de Fundão e da mina Córrego do Feijão e as questões que ainda afetam a vida das vítimas dos desastre criados citados, têm-se que os eventos ocorreram em um momento crucial de transformação no ecossistema midiático, marcado pela consolidação das plataformas digitais como espaços centrais de produção, circulação e disputa de informações.

Segundo Martins e Carvalho (2016), a cultura digital foi se mostrando importante na área da memória cultural. Dentre os muitos campos impactados pelas práticas da cultura digital, talvez nenhum outro tenha sido ressignificado de maneira tão abrangente como o campo da memória – pública e privada (Martins; Carvalho, 2017). Nesse contexto, uma disputa pela narrativa evidenciou o poder das plataformas digitais para amplificar vozes marginalizadas e pressionar por respostas das autoridades, mas também revelou as complexidades e hierarquias que regem a visibilidade na era digital.

Ao investigar mecanismos que surgiram no intervalo de tempo entre os dois episódios de rompimento de barragens de rejeito, consolida-se uma necessidade de facilitação do acesso a informações sobre os episódios dos desastres criados, bem como de sua dimensão enquanto componente de um conflito complexo na área da mineração. Como ferramenta para essa facilitação de acesso, verifica-se o uso de repositórios para formar coleções organizadas e contextualizadas de objetos digitais (imagens, documentos, produções artísticas, relatórios técnicos, laudos e pareceres, vídeos, fichas de conflito, bases de dados, mapas e mapas interativos, notícias, reportagens, textos jornalísticos, teses, dissertações, monografias, livros,

áudios, depoimentos orais, campanhas, peças de mobilização, acervos físicos museológicos digitalizados, documentos pessoais digitalizados, documentos jurídicos-administrativos e materiais de educação popular). Os metadados acompanham, nesse tempo, o foco na preservação digital da memória ligando aspectos técnicos, afetivos e políticos no processo de reunião dos discursos criados em todo esse período de tempo (de 2015 a 2026).

Nesse sentido, este trabalho concentra-se em analisar os repositórios digitais com temáticas ligadas aos rompimentos das barragens de Fundão (Mariana) e Córrego do Feijão (Brumadinho) por meio de conceitos-chaves integrados à Museologia e aos estudos teóricos das museologias sociais, principalmente ao campo da memória. Diante desse cenário de demanda pela reparação de potencialidade da difusão da cultura digital (promovendo a visibilidade), esses repositórios digitais são entendidos como forma de justiça. No caso dos desdobramentos após os rompimentos das barragens, nos últimos dez anos levanta-se a seguinte indagação neste trabalho: Dentro desses espaços criados para a organização de informações - repositórios digitais - sobre os rompimentos de barragens em Minas Gerais e decorrências nos últimos dez anos, quais são as ações museológicas que podem ser identificadas nesses espaços? E quais suas atribuições para o funcionamento eficiente de tais ferramentas?

A metodologia posta neste trabalho pretendeu mapear os repositórios encontrados com o tema realizando a coleta de dados para entender padrões e contrastes com foco na pesquisa de funcionamento e informações disponíveis nesses repositórios. Além de atribuir uma nova proposta de política de acervo com uso de processos museológicos.

Será tratado a partir desse trabalho conceitos argumentados nas interfaces das diferentes áreas de conhecimento citadas anteriormente, em que se destacam textos de: Yara Mattos (2007), Elisabeth Jelin (2002), Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1984), André Silva (2020), Marcia Suñer e colaboradores (2015), Karine Carneiro e Tatiana Souza (2023), IBRAM (2020), Martins e Carvalho Júnior (2017), Ibict (2012), Fahima Pinto Rios; Elaine Rosângela Oliveira Lucas; Igor Soares Amorim (2019), Isabella de Oliveira Walter (2024) entre outros.

A primeira seção deste trabalho apresenta a realidade dos primórdios da internet e a articulação contemporânea com a adoção de novas lógicas, como o uso social das plataformas digitais, de modo a dialogar com o crescimento do uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC) por equipamentos culturais brasileiros, tais como arquivos, bibliotecas, cinemas, museus, pontos de cultura e teatros. A pesquisa busca compreender a interoperabilidade entre as plataformas, através do intercâmbio de dados em que o formato da

memória, baseado na lógica dos arquivos físicos, foi profundamente alterado pela ascensão da mídia digital. De acordo com Martins e Carvalho (2017) isso se faz em resposta à demanda por arquivamento em meio digital.

Na seção dois, têm-se a revisão de como surgiu o conceito de repositórios digitais, explicando também sua função e exemplificando como se intitula um repositório como sendo confiável em uma era de informações que se transformam rapidamente.

Na seção três discute-se questões de memória, processos museológicos e território levando em consideração a força dos movimentos sociais em promover a memória.

Por fim, na seção quatro há o entrelaçamento da ascensão da mídia digital com as coleções de acervos criados para compor repositórios digitais que apresentam ligação com a reparação dos danos nos rompimentos de barragens em Minas Gerais, com foco no ocorrido nas cidades de Mariana e Brumadinho através do mapeamento dos repositórios brasileiros com o tema.

## **1.1 Delimitação do problema**

Levando em consideração que um grande desastre não acontece de uma hora para outra e que por trás de grandes colisões existe um processo que se estende por um longo período até o ato de grande impacto à população e à natureza, cabe analisar esses desastres, a começar pela determinação de que os fatos e memórias de um processo complexo como esses se mantêm em constante continuidade. Já que, entende-se ao passar dos anos os déficits criados pelos severos desastres de Mariana e Brumadinho e que ainda não foram mitigados pelos agentes responsáveis (empresas Vale, Samarco e BHP).

Nesse contexto, há uma década, acordos e deliberações vêm sendo articuladas entre as comissões de atingidos, o governo e as empresas responsáveis; entretanto se noticia que essas deliberações se baseiam em pouca participação ativa das comunidades. As comunidades das pessoas atingidas das diferentes regiões dos municípios de Mariana e Brumadinho se movimentam, desde então para que sua identidade enquanto moradores dos territórios possam resgatar e manter, na medida do possível, suas tradições, pertencimento, memórias afetivas e outros elementos centrais as interações sociais a constituição de suas identidades.

Ao pensar nesse processo, a ocorrência de disputas narrativas entre governo e moradores se tornou um impasse para a permanência de fatos históricos e memória da real história, pois causam o silenciamento, deturpação e desvio de informações. Abigail De Kosnik (2016) nos recorda que “desde o final do século 19, a memória – não a memória

individual privada, mas a memória pública, coletiva – foi domínio do Estado” (Tony Bennett, 1995, p. 1. *apud*. Martins; Carvalho, 2017, p. 46)

Já no ambiente virtual de acesso livre, esse fator se amplia pois o acúmulo de informações reforça ainda mais a disseminação de informações com percursos e alcances de visibilidade diferentes. Os autores citam o advento de funcionamento de iniciativas digitais ligadas ao governo, criadas para funcionar como elementos de centralização informacional, promovem a excelência técnica reconhecida como oficial, operada por agentes especialistas nas tarefas organizacionais da informação (Martins; Carvalho, 2017, p. 46). O autor ainda lembra que a incidência de mudanças, a partir da virada do século XXI, com o advento da “*web 2.0*”, causou”:

O que de fato se produz em termos sociotécnicos no início do século 21 é uma quebra de paradigma de forte impacto no modo de acúmulo de informação operado até então. A perspectiva da Internet como rede digital de informação global e seus novos sistemas de informação interativos desequilibram de forma significativa o jogo de forças em torno do poder do Estado e de seus agentes técnicos em sistematizar a produção de informação (Martins; Carvalho, 2017, p. 47)

Nota-se, nessa conjuntura, que o aparecimento de repositórios digitais ligados aos rompimentos das barragens em Mariana e Brumadinho foram pensados para organizar e difundir produções de conteúdo em esferas acadêmicas, artísticas e midiáticas que formam acervos reunidos em coleções tendo, como objetivos servir como ponte entre os processos de reparação e as pesquisas sobre desastres no sentido do não apagamento dos fatos. Por conseguinte, emerge dentro da complexidade da reparação dos desastres criados de Mariana e Brumadinho, entender questões mais diretamente ligadas aos repositórios, como por exemplo a complexidade também de acesso, e construção da interface digital, a partir da curadoria dos dados, a disponibilização de ferramentas e ampliação dos debates estabelecidos dentro desse espaço sociotécnico, que possibilitam formas de gerir a memória digital do rompimento de barragens em Minas Gerais.

## 1.2 Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é analisar, comparativamente, como os repositórios digitais mapeados agem em aspectos de curadoria, disponibilização de ferramentas de busca, preservação da memória digital e divulgação de conteúdos na formação organizado de acervos digitais que possuem o tema dos rompimentos de barragens em Minas Gerais. Busca-se também mapear as diferentes iniciativas e entender de que modo esses aspectos podem ser conceituados a partir da museologia social nas ações de reparação, a fim de identificar padrões ou contrastes.

### **1.3 Objetivos específicos**

- Investigar a ascendência da mídia digital no campo da memória – pública e privada - com o surgimento dos repositórios digitais sobre o tema do rompimento de barragens em Minas Gerais;
- Mapear os repositórios digitais formados no âmbito do tema do rompimento de barragens em Minas Gerais dentro da discussão de disputa de conflitos minerários;
- Caracterizar processos museológicos a partir das ações de reparação de danos causados pelo rompimento de barragens a fim de compreender a museologia social e como ela pode contribuir com a lógica da preservação da memória, do diálogo e do exercício da cidadania, na busca de um discurso que se proponha aberto e culturalmente híbrido.

### **1.4 Justificativa**

Na atualidade, as informações se transformam com muita facilidade. No ambiente virtual, esse fator se potencializa e é nesse cenário que os desastres criados, ao passar dos anos, caracterizam-se pelo alto volume de arquivos e causam acúmulo de informações, tornando-se uma forma de lembrar e buscar pela memória dos episódios históricos. Os rompimentos de barragens possuem uma grande gama de arquivos que discutem seus fatores potencializadores, todavia a internet também reflete as dinâmicas de regimes de visibilidade (Beiguelman, 2021) que determinam o que é arquivado, destacado ou apagado no ambiente digital. Portanto, esse trabalho se justifica pela relevância de demandas da atualidade, ao tratar da discussão e relação entre a museologia social, tecnologias digitais, e preservação da memória de acervos digitais organizados em repositórios que são afetados pela lógica das plataformas com falta de interoperabilidade de informação entre os agentes envolvidos.

## 2. PRÁTICAS CULTURAIS NA LÓGICA DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Martins e Carvalho Júnior (2017) em artigo sobre a memória como prática cultural digital publicado no relatório da pesquisa Tecnologia Informação e Comunicação Cultural (TIC Cultura) de 2016, que foi conduzida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br.) investigam instrumentos efetivos para o monitoramento do avanço da TIC no setor cultural no país, discutindo como a presença na Internet por meio de *websites*, redes sociais e a oferta de serviços *on-line* são possibilidades a serem aprofundadas por parte dos equipamentos culturais (CGI.BR, 2017). Essa visão se sistematiza pela ascensão da mídia digital, que reflete sobre a mudança no formato de memória com o qual a sociedade se acostumou no último século, baseado na lógica dos arquivos impressos profundamente alterados pela ascendência da mídia digital. A discussão se amplia ao dispor das várias formas de divulgação da cultura digital:

A cultura digital, seja como área organizacional ou como conceito, tem prestado serviço relevante, sobretudo na última década no Brasil. Como reflexão coletiva em rede, a abordagem cumpriu papel na articulação de uma multiplicidade de novas atividades e movimentos, servindo como ponto de apoio na produção de um comum para falar sobre a construção de políticas públicas, projetos experimentais, ativismos, pesquisa acadêmica, laboratórios hackers, inovação social, movimentos de democratização da comunicação, participação cidadã, acervos digitais, modelos de gestão, entre tantas outras coisas que poderiam ser aqui enumeradas. Dentre os muitos campos impactados pelas práticas do universo da cultura digital, talvez nenhum outro tenha sido ressignificado de maneira tão abrangente como o campo da memória - pública e privada (Martins; Carvalho, 2017, p. 45).

Desde o final do século XIX a memória pública e coletiva era domínio do Estado, provocando a centralização da informação e a disparidade entre Estado e sociedade civil. Em resposta a essa demanda por arquivamento em meio digital, nas últimas décadas surgiram diferentes formatos de publicação, como *blogs*, *wikis*, sistema de gerenciadores de conteúdo (CMS, Content Management System, em inglês) e repositórios digitais (Martins; Carvalho, 2017).

Em resposta à transformação da hegemonia do gerenciamento da memória pública e coletiva é que se relacionam os RDs criados por entidades que não são ligadas ao Estado, o que revela a principal consequência da inclusão da sociedade civil como força social de produção de novas práticas de memória e a elevação exponencial do volume de dados produzido e arquivado em sistemas de informação, antes alimentados apenas por agentes oficiais (Martins; Carvalho, 2017).

O ciberespaço é definido pelo autor Pierre Lévy (1997) como um termo que especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (Lévy, 1997). A respeito do ciberespaço, infere-se que as atividades humanas se relacionam com as tecnologias que permitem novas formas de armazenamento e produção de informação, no contexto de ferramentas *on-line* como os repositórios que usam métodos diferentes para promover a mediação da memória.

Entretanto, os primórdios da internet se fundaram em uma lógica centrada no consumo restrito de informações, pois o que se via no início dos anos 1980 era um acesso rudimentar, tendo em vista que a linguagem que estruturava a internet permitia apenas que os consumidores de conteúdo visualizassem, como uma espécie de catálogo, o que era gerado pelas empresas. Já na era da chamada *web 2.0*, através do surgimento do WWW (*World Wide Web, em inglês*) ou rede de alcance mundial em português que em 1989 a internet se tornou um sistema multimídia ligado a um sistema de hipertexto: O protocolo de Transferência de Hipertexto (Hypertext Transfer Protocol - HTTP, sigla em inglês) que agia transferindo dados do computador do servidor para o computador dos usuários garantindo então uma produção mais ampla dos próprios usuários. Em seguida, ocorreu a difusão de plataformas de acesso, como *Instagram, Facebook e Youtube*. Para pensar nessa ascendência da internet e das plataformas, o autor Carlos d'Andrea (2020) argumenta no livro “Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos”:

Aqui, mais uma vez, é inevitável um contraponto entre as metáforas “plataforma” e “rede”. Se, pelo menos na perspectiva de Manuel Castells (1999), o termo “sociedade em rede” jamais negligenciou a forte dimensão infraestrutural sobre a quais novas relações socioeconômicas emergiam nos anos 1990, “sociedade da plataforma” enfatiza um rompimento com a tecnoutopia herdada dos primórdios da internet e da World Wide Web (WWW) (D'andrea, 2020, p. 22).

Certamente o cenário tecnopolítico apresentado neste capítulo introdutório não é dos mais animadores, em especial para aqueles que se pautaram – ou ainda se pautam – pelas promessas da *Web 2.0* (D'andrea, 2020). Tracejado nessa reflexão, as promessas da *Web 2.0* podem ser definidas quanto a especulação de que a internet que surgia em plataformas seria o futuro e que os conteúdos que passariam a ser gerados seriam soluções fáceis disponíveis de forma facilitada para os usuários. Sabemos que não foi dessa forma; a internet não se estabeleceu com a presença da sociedade nas plataformas *on-line*, mas com a concentração do gerenciamento de dados por parte das grandes empresas.

Em outras palavras, as plataformas se apropriam das lógicas de conexão e as potencializam como parte de uma estratégia – comercial sobretudo – que visa incentivar usuários a deixar rastros de suas relações, preferências etc. Esse compilado de questionamentos acerca das plataformas permite entendê-las como uma rede sociotécnica que tem o comportamento dos usuários como alimento das regras e dos sistemas de algoritmos. Ou seja, mesmo com a autonomia surgida no modelo de internet *web 2.0* nos anos 2000, ainda se enfrenta uma dificuldade para o usuário se relacionar com os conteúdos disponíveis na internet, assim como os conteúdos gerados por ele mesmo, dentro desse esquema de plataformização da *web* (D'andrea, 2020):

De modo ainda mais didático, Van Dijck, Poell e Wall (2018, p. 9) evidenciam os entrelaçamentos entre as dimensões materiais, culturais e econômicas das plataformas ao afirmarem que “uma plataforma é alimentada com dados, automatizada e organizada por meio de algoritmos e interfaces, formalizada por meio de relações de propriedade orientadas por modelos de negócios e regidas por acordos de usuários” (D'andrea, 2020, p. 20).

A intensificação de fatores de controle *on-line* sobre os usuários nas plataformas nos permite observar um movimento de grande concentração de poder em poucas plataformas. As mídias sociais e demais plataformas são ainda espaços para debates e ações que questionam as políticas de governança (D'andrea, 2020). É fundamental, por fim, perceber como as práticas de governança estão diretamente relacionadas às práticas tecnocomerciais das plataformas (D'andrea, 2020).

Isso leva a refletir que haja uma influência extrema da protagonização causadas pelas plataformas *on-line*, pois há um gerenciamento de dados que não é pautado por normas de confiabilidade e segurança, mas sim pautado em uma lógica de que devemos procurar entender tanto o modo como algoritmos em recursos tecnogramaticais – curtir, compartilhar etc. – ou políticas de governança – como os termos de uso moldam as práticas e as percepções dos usuários, quanto às apropriações criativas, táticas e coletivas que recriam, cotidianamente, as plataformas (D'andrea, 2020).

Enfatiza-se portanto, que assim como a lógica das plataformas que são alimentadas com dados, em que esses dados sofrem um processo de gestão e disponibilização para os usuários é que o mesmo acontece com a automatização e organização por algoritmos e interfaces. É possível visualizar que esse modelo também se encaixa na lógica do funcionamento e finalidade dos repositórios *on-line* que se conectam com usuários através de dados e arquivos que passam por uma gestão e estruturação do que é visível ou invisível.

Esses quesitos se mostram relevantes, pois dentro da atuação dos repositórios há uma série de passos como a produção de dados e a disputa por visibilidade na racionalidade sociotécnica, ou seja, há semelhança com as grandes plataformas ao promover um ambiente de disputa narrativa sobre quem controla a memória de acervos divulgados.

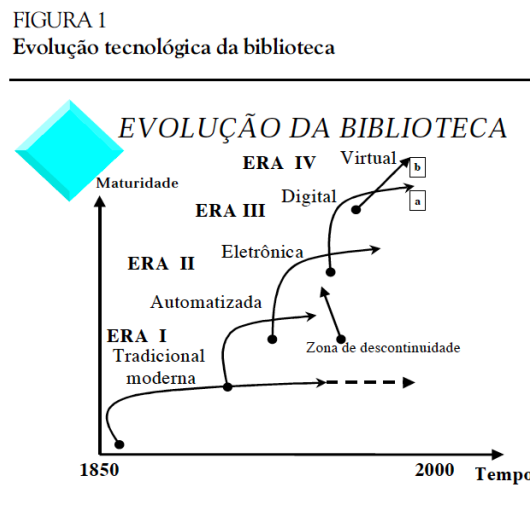
Ao evidenciar de forma metodológica na seção a seguir, ficará mais claro essa semelhança da lógica das plataformas na operação dos repositórios *on-line* vinculados ao rompimento de barragens.

Os diferentes atores dos desastres criados em Mariana e Brumadinho criam e compartilham dados com diferentes finalidades. Ao comparar a argumentação oficial com o que os movimentos sociais produzem, a partir do testemunho de atingidos, através de contra arquivos, com uma argumentação oficial e documentos jurídicos relacionados aos direitos humanos, já se observa, na disputa de narrativas, a tentativa de silenciamento das vítimas, muitas vezes distanciadas da participação nas escolhas jurídicas e dos mecanismos de reparação. As empresas produzem documentos “oficiais” de conteúdo enviesado. Isso tudo reforça a questão da falta de neutralidade no ambiente virtual, pois cada arquivo escolhido para se manter relacionado a determinadas instituições, por cada ator envolvido no desastre crime, molda como o evento é interpretado.

### 3. A ESSÊNCIA DE REPOSITÓRIOS DIGITAIS NA PRESERVAÇÃO E GESTÃO DE INFORMAÇÕES

O conceito de biblioteca digital começou a ser formulado diretamente ligado à evolução da tecnologia visando a agilidade dos processos informacionais. Cunha (1997) expõe as fases das bibliotecas através do gráfico a seguir:

Figura 1: Evolução tecnológica da biblioteca



Fonte: Cunha, 1997.

Diante disso, as bibliotecas digitais foram pensadas para serem lugares de acesso e concentração de informações que na era IV segundo a figura 1 se caracterizavam como virtual. Os repositórios digitais surgiram a partir de pesquisa com cunho institucional, diferindo das bibliotecas digitais por se preocuparem com a longevidade de acesso dos acervos, que podem ser institucionais (acadêmicos) ou enquanto fonte primária (imagens, vídeos, dados, entre outros).

Todo repositório institucional de acesso aberto pode ser considerado um tipo de biblioteca digital. Entretanto, nem toda biblioteca digital pode ser considerada um repositório institucional (Campos, 2018). Um repositório digital é, então, um complexo formado por elementos de *hardware* (dispositivos de armazenamento), *software* (programa), serviços, coleção de informação digital e metadados associados a esses objetos de informação (Rocha, 2015).

Quanto ao fator histórico, o conceito de repositórios digitais começa a ser trabalhado em meados dos anos 1990. Inseridos no coração do movimento mundial em favor do acesso

aberto à informação científica, repositórios institucionais (RIs) constituem de fato inovação no sistema de comunicação da ciência e no modo como a informação – aquela que alimenta e resulta das atividades acadêmicas e científicas – é gerenciada ( Ibiect, 2012).

Na literatura sobre o tema, existem várias definições para repositório digital, que ressaltam seus diferentes aspectos: o sistema informatizado, os serviços que são oferecidos ou mesmo a coleção de objetos de informação. Vejamos algumas delas: “Sistema informatizado para armazenar coleções de uma biblioteca digital e distribuí-la aos usuários” (<[www.cs.cornell.edu/wya/DigLib/MS1999/glossary.htm](http://www.cs.cornell.edu/wya/DigLib/MS1999/glossary.htm)>); “Repositórios digitais são coleções de informação digital, que pode ser construída de diferentes maneiras e para diferentes propósitos” (Martins, 2008); “um conjunto de serviços que a instituição oferece aos membros de sua comunidade para a gestão e difusão da produção técnica e científica nos meios digitais” (Lynch; Lippincott, 2005) (Rocha, 2015, p. 182 ).

A diferença entre as BDs e os RDs se dá pela finalidade e intenção a que se propõem. Enquanto as BDs são formadas para permitir o acesso público a informações ao público como um todo, os RDs, além de disponibilizarem informações, preocupam-se com a preservação de maneira organizada, de modo a possibilitar a difusão de produções técnicas e científicas com segurança e longevidade. Esse fator comprova que, mesmo as BDs sendo anteriores aos RDs, seu funcionamento foi importante para a evolução e criação de repositórios. Os RDs foram cunhados no fator potencializador de facilitar o acesso à produção científica. São bases de dados desenvolvidas para reunir, organizar e tornar mais acessível a produção científica dos pesquisadores podendo ser institucionais ou temáticos.

Em uma visão mais sistemática, o conceito de repositório se consolida ligado à expansão do movimento do acesso aberto, que discute, o autoarquivamento, os repositórios digitais e as bases de dados. Foi um movimento que se iniciou com a convenção de Santa Fé em 1999, junto ao movimento intitulado “*Open Archives*”. A partir daí, se tem uma gama de eventos que também auxiliaram o movimento do acesso aberto, como a Declaração de Budapeste. Esta declaração inaugura o Movimento do Acesso Aberto, o qual traz como desejo a superação do paradigma da comunicação científica mediada pelas grandes editoras comerciais, visando uma comunicação de acesso aberto via internet (Rios; Oliveira; Amorim, 2019).

Em 2002 a discussão se dava, acerca das taxas para acesso a periódicos e trabalhos científicos, já em 2003 surge a Declaração de Bethesda que destacou o potencial da internet para a divulgação e ampliação do conhecimento científico, ratificando seu caráter público. O objetivo desta declaração foi acelerar os procedimentos para ampliação do Acesso Aberto sobre a literatura científica primária (Rios; Oliveira; Amorim, 2019).

Ainda em 2003, foi divulgada também a Declaração de Berlim, com foco na expansão do assunto para a inclusão das humanidades, cenário em que museus também deveriam poder publicar e utilizar os repositórios abertos. Esse documento destaca, ainda, que a internet deve ser sustentável, interativa e transparente e que as ferramentas de *softwares* devem ser acessíveis e compatíveis. O Acesso Aberto é colocado como fonte de conhecimento científico e do patrimônio cultural (Rios; Oliveira; Amorim, 2019). Já a Declaração de Haia é a mais recente, foi concebida em 2014. Ela cita as tecnologias, *Big Data*, mineração de conteúdo e como as diferentes jurisdições podem promover desigualdade de acesso aos dados e em suas potencialidades de uso (Rios; Oliveira; Amorim, 2019).

Desde 2005, a UNESCO, em seu documento “Em direção à sociedade do conhecimento” (*Towards knowledges society* em inglês), aponta para a importância da construção de repositório digitais, visando a preservação da memória e o acesso a informação, reunindo, em um só lugar, diferentes fontes de informação (IBRAM, 2020).

### 3.1 Repositórios digitais confiáveis

A discussão acerca da confiabilidade dos repositórios digitais se estende, já que é preciso no ambiente virtual, que a gestão dos arquivos trabalhados sejam gerenciadas de maneira a preservá-los. À vista disso levanta-se o questionamento: o que é um repositório digital confiável? É aquele capaz de manter autênticos os objetos de informação digital, de preservá-los e de dar acesso a eles pelo tempo necessário (RLG/ OCLC, 2002, *apud* Rocha, 2015). O conceito de RD confiável surgiu em um documento base, preparado por um grupo de trabalho liderado pelo *Research Library Group* (RLG) e o *Online Computer Library Center* (OCLC), intitulado *Trusted Digital Repositories: Attributes and Responsibilities* (Repositórios digitais confiáveis: atributos e responsabilidades). Segundo Rocha (2015):

De acordo com esse grupo de trabalho, “um repositório digital confiável é aquele que tem como missão fornecer acesso confiável a longo prazo aos recursos digitais à sua comunidade designada, agora e no futuro” e deve cumprir com os seguintes atributos: cumprimento com o modelo de referência Oais; responsabilidade administrativa; viabilidade organizacional; suporte financeiro; adequação tecnológica; sistema de segurança; procedimentos transparentes para prestação de contas do próprio repositório (RLG/OCLC, 2002, *apud*. Rocha, 2015, p. 184).

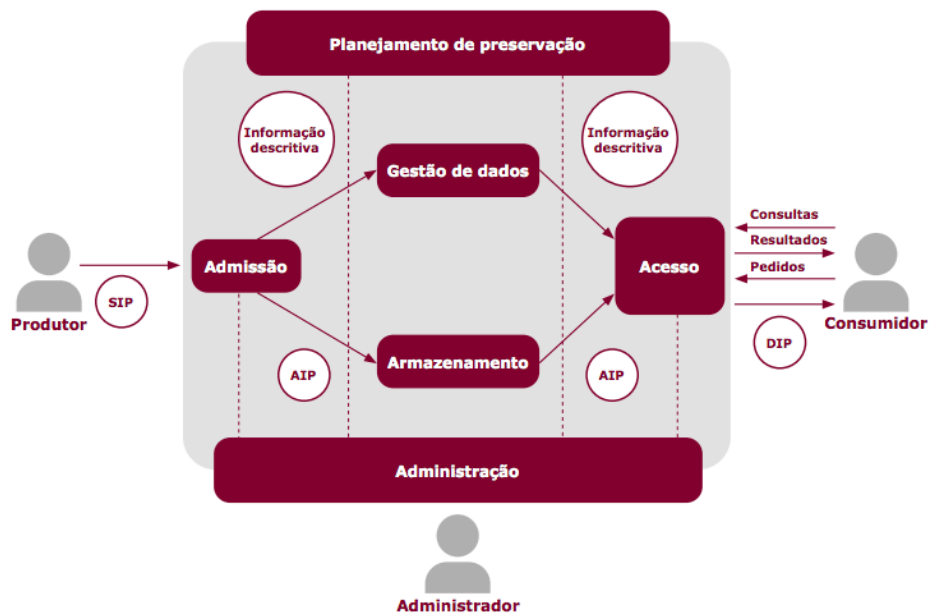
Assim, para garantir o acesso contínuo à informação em longo prazo, torna-se indispensável a criação de repositórios digitais, tendo o auxílio de *softwares* com finalidade de

auxiliar as atividades do mesmo. No entanto, durante a implementação do repositório é necessário ter em mente o modelo de referência OAIS (Lopes, 2008 *apud* Rocha, 2015).

O modelo *Open Archival Information System* (OAIS) é um modelo de referência conceitual que especifica os requisitos para um arquivo de materiais digitais o qual tem a responsabilidade de preservar informações e disponibilizá-las para uma comunidade específica (Rocha, 2015).

De acordo com o modelo OAIS, as funcionalidades de um repositório devem estar organizadas em seis grandes grupos: a admissão (*ingest*), o armazenamento, a gestão de dados, o planejamento da preservação, a administração e o acesso (Rocha, 2015). Os agentes que têm acesso são designados como produtores, consumidores e administradores, conforme o quadro abaixo:

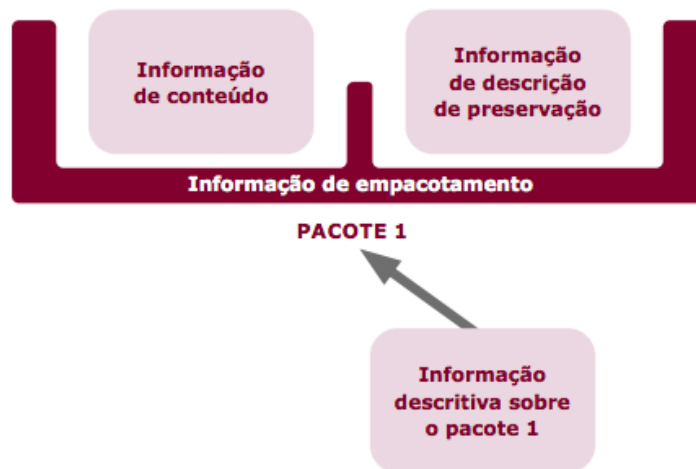
Figura 2: Planejamento de preservação.



Fonte: CONARQ, 2023, p. 20.

O Modelo de Informação do OAIS propõe o conceito de pacote de informação (figura 3), que é formado pela informação de conteúdo e pela informação de descrição de preservação, encapsuladas e identificadas pela informação de empacotamento (CONARQ, 2023).

Figura 3: Informação de empacotamento.



Fonte: CONARQ, 2023, p.21.

A informação de descrição de preservação é a informação necessária para a adequada preservação da informação de conteúdo, e que pode ser categorizada como informação sobre proveniência, referência, fixidade e contexto (CONARQ, 2023). Entende-se por informação de descrição de preservação as ferramentas de busca chamadas de metadados, em que se possibilita a navegação mais eficiente nos *sites*, indo ao encontro da busca avançada pelas informações de um arquivo.

Outro documento a ser listado dentro da perspectiva de um repositório digital confiável é o chamado *Trustworthy Repository Audit & Certification: Criteria and Checklist* (TRAC) publicado em 2007 pela RLG. O TRAC deixa claro que a gestão é a base de um repositório digital confiável (Rocha, 2015). A autora Rocha, define, ainda que: “a autenticidade dos documentos não pode ser baseada unicamente em recursos tecnológicos, pois é necessário associar as soluções tecnológicas a políticas, procedimentos e informação”, na forma de metadados (Rocha, 2015).

O modelo OAIS se caracteriza por um sistema confiável de preservação no ambiente de repositórios digitais ao não se limitar ao fator tecnológico de armazenamento dos objetos digitais e se importar com todo a integralidade do processo de organização, responsável por tratar dos objetos recebidos, prepará-los, preservá-los, geri-los e disponibilizá-los. Tudo isso contribui para a longevidade e interoperabilidade dos repositórios que se preocupam com os fatores institucionais, administrativos e de gestão da preservação. O modelo OAIS é um modelo de referência conceitual que especifica os requisitos para um arquivo de materiais

digitais, o qual tem a responsabilidade de preservar informações e disponibilizá-las para uma comunidade específica (Rocha, 2015).

Na Museologia, a expansão da informação e o uso da tecnologia mudaram a forma com que as instituições de cultura lidam com a preservação do patrimônio cultural. Com isso, intensificaram-se as discussões sobre a digitalização de documentos físicos quanto a disposição de documentos nato-digitais, pois há nesse recurso uma potencialidade de permitir ser fonte de pesquisa no ambiente digital, capaz de promover acesso em rede de coleções culturais digitalizadas que podem se interligar de modo organizado. A área do patrimônio é rica em informações, e, para que essas informações sejam relevantes para a sociedade, é importante que as instituições culturais planejem como, quando e porque as disponibilizarão para o público (IBRAM, 2020).

Os arquivos *on-line*, no campo das coleções de acervos digitais, se vinculam a alguns padrões de referência para a documentação museológica, chamados padrões de metadados (IBRAM, 2020). Padrões de metadados representam um conjunto de elementos descritivos que serão utilizados para apresentar as características de um objeto ou documento:

Essas informações podem ou não dialogar com um modelo conceitual e serem utilizados como os elementos descritivos que representam as entidades propostas por um modelo, como é o caso do padrão de metadados Informações Leves para Descrever Objetos (LIDO) que é utilizado para representar o modelo conceitual CIDOC-CRM. Nessa categoria, podemos destacar o padrão Dublin Core, um esquema de metadados mais utilizado para descrever objetos digitais, tais como imagens, áudios, vídeos, textos e recursos Web, promovendo a interoperabilidade semântica e a recuperação de informação de forma mais rápida. O Dublin Core é composto por 15 elementos de metadados. 1. Título; 2. Criador; 3. Assunto; 4. Descrição; 5. Editor; 6. Colaborador; 7. Data; 8. Tipo; 9. Formato; 10. Identificador; 11. Fonte; 12. Idioma; 13. Relação; 14. Cobertura; 15. Gestão de direitos (IBRAM, 2020, p. 68).

Nesse sentido, destaca-se a importância da adoção de uma política de acervo que oriente a gestão de acervos digitais em sua dimensão de difusão de informações e orientação para os profissionais que serão responsáveis por gerir e alimentar a rede *on-line*. O objetivo de uma política de acervos digitais é, portanto, garantir que a informação digital cultural continue a ser acessada no futuro (IBRAM, 2020).

As características identificadas em um repositório digital que se propõe a preservar o patrimônio cultural de modo confiável, e que devem, então, seguir as diretrizes discutidas nessa seção, como:

- acesso livre aos usuários;

- política de acervo com foco na gestão;
- padrão de metadados;
- interoperabilidade de dados.

Inferese portanto que a confiabilidade de um repositório online possa atender os requisitos listados anteriormente, pretendendo atingir uma boa ação de funcionalidade e preservação.

#### **4. REPOSITÓRIOS DIGITAIS VINCULADOS AO ROMPIMENTO DE BARRAGENS - MAPEAMENTO DE SITES**

Como relatado anteriormente, há várias características que demonstram extrema conexão entre a museologia e a memória digital das barragens aqui estudadas. Dentro dessa lógica de aproximação e a fim de caracterizar esses repositórios para uma análise comparativa, serão evidenciados as interfaces e o material agrupado em cada um dos repositórios.

O parâmetro de mapeamento foi conduzido pela existência de um espaço em cada site que se assemelha ao conceito de repositório online. Tendo isso em vista, nem todas as instituições e iniciativas de empresas e atingidos foram consideradas mapeadas neste estudo pois não possuem essa aproximação do conceito de repositório *on-line*.

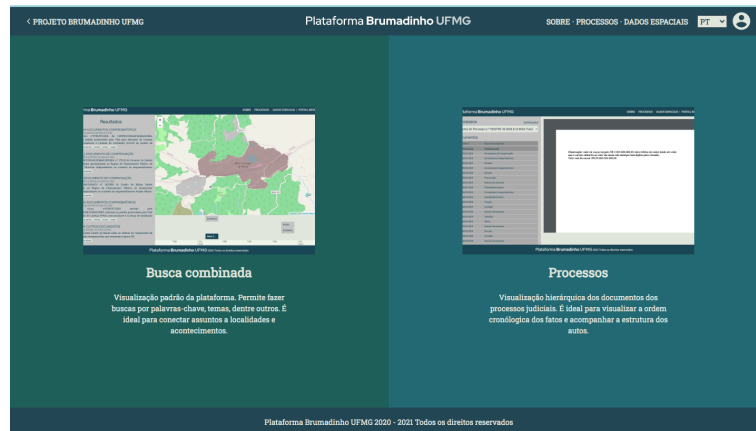
A seguir será apresentado o nome dos repositórios encontrados, a descrição de sua atividade e breve apresentação junto a uma imagem da página inicial do site mapeado:

##### **1. Plataforma Brumadinho**

**1.1 Descrição:** Gerenciada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui seu escopo de trabalho em documentação, memória e análise do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho. Os principais conteúdos digitais são: Documentos institucionais e jurídicos, produções acadêmicas e científicas, produções midiáticas e registros audiovisuais.

## 1.2 Interface:

Figura 4: Plataforma Brumadinho



Fonte: Site Plataforma Brumadinho<sup>1</sup>

## 2. Centro de de Informação Técnica (Reparação Bacia do Rio Doce) - CIT

**2.1 Descrição:** Estrutura ligada ao sistema de reparação (Renova/órgãos do TTAC). Rompimento de Fundão e “reparação” na Bacia do Rio Doce. Os principais conteúdos digitais são: Relatórios técnicos, laudos, estudos, artigos, registros de projetos, mapas, materiais sobre saúde, território etc.

## 2.2 Interface:

Figura 5: Centro de Informação Técnica (Reparação Bacia do Rio Doce) - CIT



Fonte: Site Centro de Informação Técnica (Reparação do Rio Doce)<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://plataforma.projetoalumadinho.ufmg.br>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

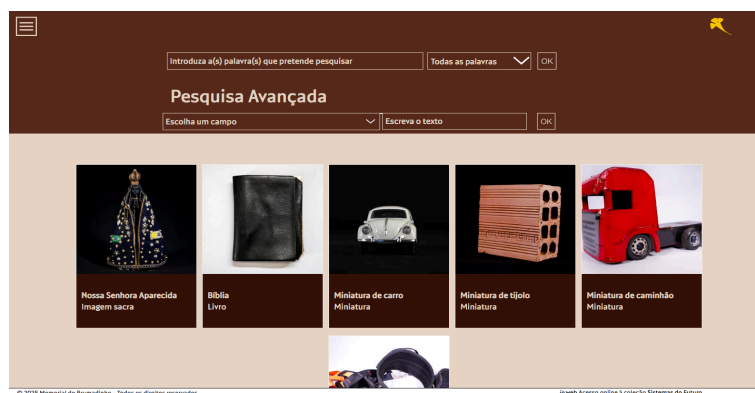
<sup>2</sup> Disponível em: <<https://cit.reparacaobaciariodoce.com/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

### 3. Centro de Referência Memorial Brumadinho

**3.1 Descrição:** Fundação gerida pelo Memorial Brumadinho e familiares de vítimas. Seu escopo apresenta questões sobre o rompimento da barragem Córrego do Feijão em Brumadinho e o entorno. Os principais conteúdos digitais são: pesquisas acadêmicas, produções culturais, acervo museológico (objetos, fotos, vídeos, depoimentos).

#### 3.2 Interface:

Figura 6: Centro de referência Memorial Brumadinho



Fonte: Site do Memorial Brumadinho <sup>3</sup>

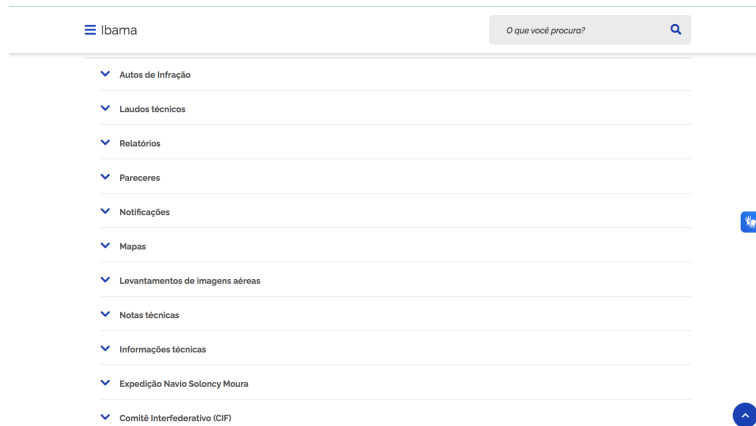
### 4. Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG - Portal IBAMA

**4.1 Descrição:** Gerida pelo órgão federal (IBAMA). Seu escopo se relaciona ao caso Fundão/Samarco. Os principais conteúdos são: autos de infração, pareceres técnicos, notificações, relatórios de fiscalização.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://acervo.memorialbrumadinho.org.br/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

## 4.2 Interface:

Figura 7: Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG - IBAMA



Fonte: Site do IBAMA.<sup>4</sup>

## 5. Instituto Guaicuy

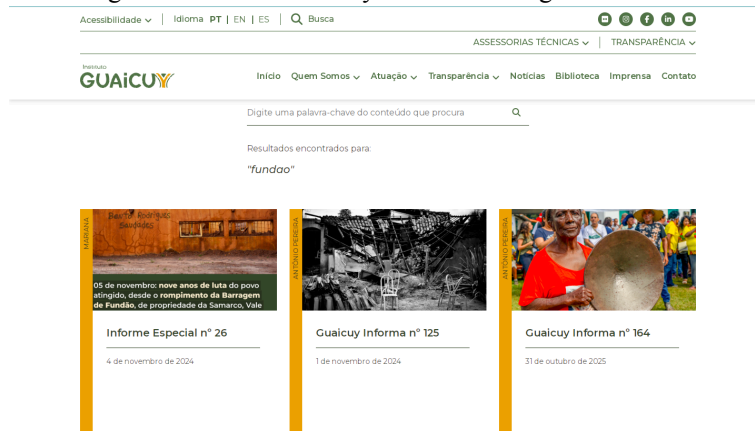
**5.1 Descrição:** Gerida por uma ONG / assessoria popular a atingidos. Seu escopo apresenta temas de conflitos de mineração em Minas Gerais (incluindo Rio Doce, Fundão, outros territórios). Os principais conteúdos digitais são: vídeos, informes, cartilhas, relatórios, materiais de educação popular e dossiês.

<sup>4</sup> Disponível em:

<<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/notas/2020/rompimento-da-barragem-de-fundao-documentos-relacionados-ao-desastre-da-samarco-em-mariana-mg>> . Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

## 5.2 Interface:

Figura 8: Instituto Guaicuy – Biblioteca digital.



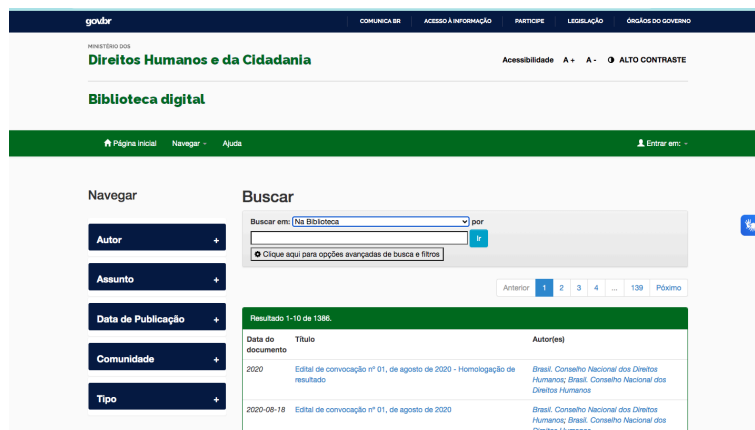
Fonte: Site do Instituto Guaicuy <sup>5</sup>

## 6. Biblioteca digital Ministério dos Direitos Humanos (relatórios sobre Fundão).

**6.1 Descrição:** Gerida pelo Governo federal (direitos humanos). Possui escopo nas violações de direitos humanos ligadas a Fundão e outros conflitos. Os principais conteúdos são: relatórios, publicações de direitos humanos, estudos sobre violações, conflitos fundiários etc.

## 6.2 Interface:

Figura 9: Biblioteca digital do Ministério dos Direitos Humanos (relatórios sobre Fundão).



Fonte: Site do Governo Federal <sup>6</sup>

<sup>5</sup> Disponível em: < <https://guaicuy.org.br/biblioteca/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

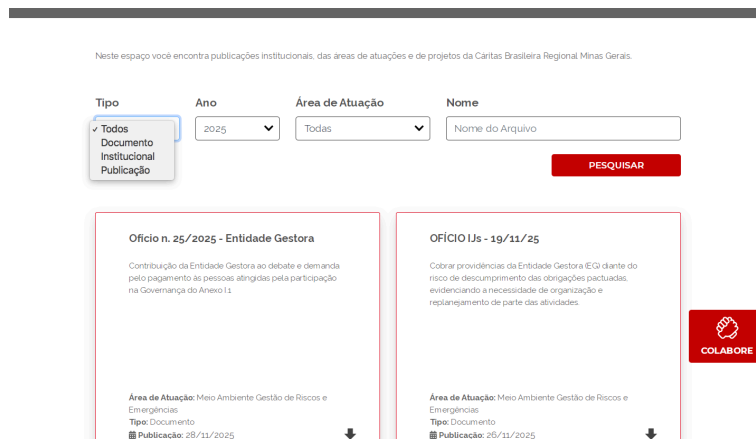
<sup>6</sup> Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/>> . Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

## 7. Cáritas

**7.1 Descrição:** Gerenciado pela Cáritas Brasileira. Reúne documentos relacionados às suas ações sociais e humanitárias. Seu escopo temático abrange áreas como direitos humanos, justiça social, economia solidária, meio ambiente e gestão de riscos. Os principais conteúdos digitais disponibilizados são: publicações institucionais, relatórios de projetos, materiais formativos, estudos, documentos técnicos e registros de comunicação.

### 7.2 Interface:

Figura 10: Cáritas



Fonte: Site da Cáritas <sup>7</sup>

## 8. Instituto Camila e Luiz Taliberti - Acervo Somos Sementes

**8.1 Descrição:** Instituto criado por familiares de vítimas de Brumadinho. Possui escopo em Brumadinho e outros conflitos de mineração. Os principais conteúdos digitais são: textos, vídeos, campanhas, notícias, registros de lutas.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://caritas.org.br/biblioteca>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

## 8.2 Interface:

Figura 11: Instituto Camila e Luiz Taliberti - Acervo Somos Sementes



The image shows a search interface on a light beige background. At the top center is the logo of Instituto Camila e Luiz Taliberti, which consists of a green leaf icon above the text 'instituto camila e luiz taliberti'. Below the logo is the title 'ACERVO MEMÓRIA E IMPACTOS DA MINERAÇÃO'. Underneath is a search bar with a rounded rectangular button labeled 'Pesquisar'. Below the search bar is a link labeled 'Busca Avançada'. Further down are three input fields: 'Tipo:' with a dropdown menu showing '-- REDES SOCIAIS', 'Título:' with a text input field, and 'Autor:' with a text input field.

Fonte: Site do Instituto Camila e Luiz Taliberti<sup>8</sup>

## 9. Biblioteca digital da UNESCO

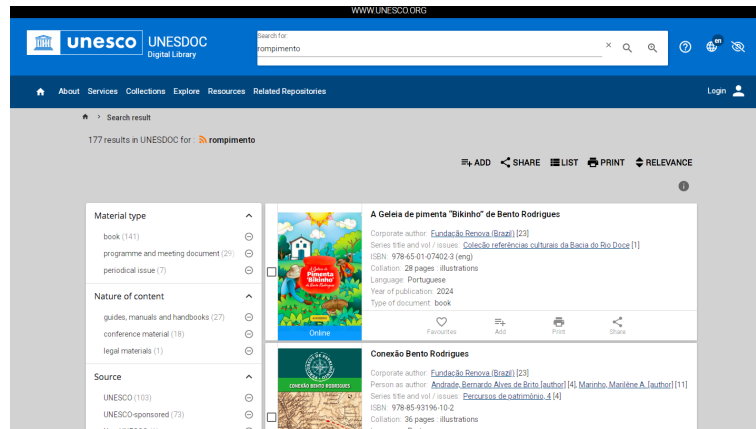
**9.1 Descrição:** Gerenciada pela UNESCO. Reúne a produção documental da organização e de seus programas. Seu escopo temático abrange áreas como educação, ciência, cultura, comunicação, patrimônio e desenvolvimento sustentável. Os principais conteúdos digitais são: relatórios institucionais, publicações oficiais, estudos e pesquisas, documentos de políticas públicas, atas e registros de conferências, além de materiais audiovisuais e coleções históricas produzidas ou apoiadas pela organização.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://acervo.somossementes.org.br/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

## 9.2 Interface:

Figura 12: Biblioteca digital da UNESCO



Fonte: Site UNESCO <sup>9</sup>

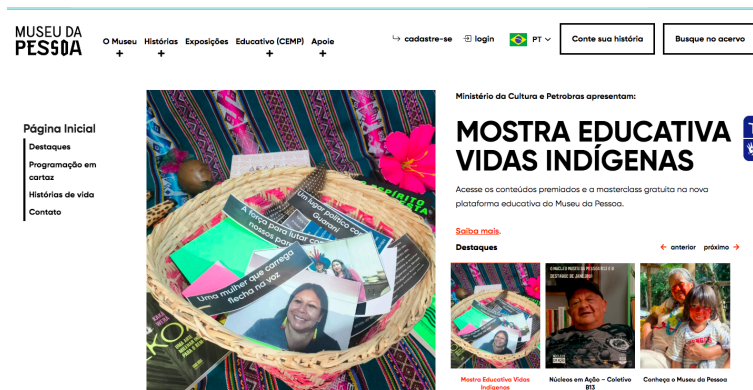
## 10. Museu da Pessoa - histórias ligadas a Brumadinho

**10.1 Descrição:** Museu digital colaborativo. Possui escopo temático em pautas sobre o Brasil e outros países; entre os temas, Brumadinho. Os principais conteúdos digitais são: depoimentos em texto, áudio e vídeo, fotos, documentos pessoais, algumas narrativas sobre Brumadinho e voluntariado.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

## 10.2 Interface:

Figura 13: Museu da Pessoa - histórias ligadas a Brumadinho



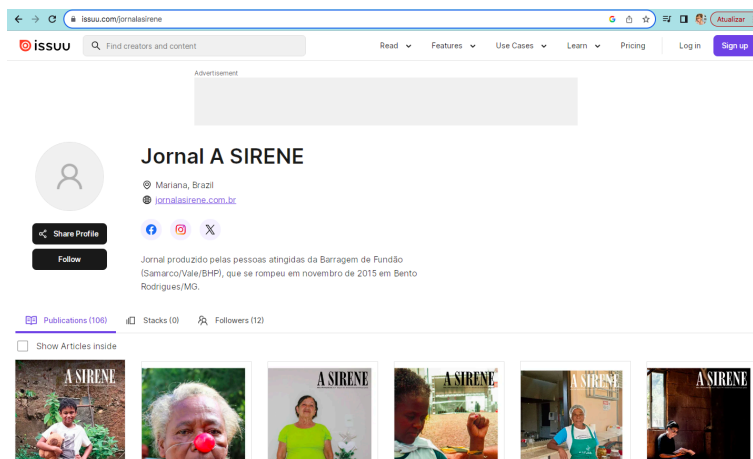
Fonte: Site do Museu da Pessoa<sup>10</sup>

## 11. Jornal A Sirene

**11.1 Descrição:** Movimento de atingidos e parcerias (UFOP, Arquidiocese, coletivos). Possui escopo temático do movimento de atingidos. Os principais conteúdos digitais são: edições em PDF, reportagens, ensaios, cartas, produções de atingidos e materiais didáticos.

### 11.2 Interface:

Figura 14: Jornal A Sirene.



Fonte: Site do Jornal A Sirene<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://museudapessoa.org/?s=>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

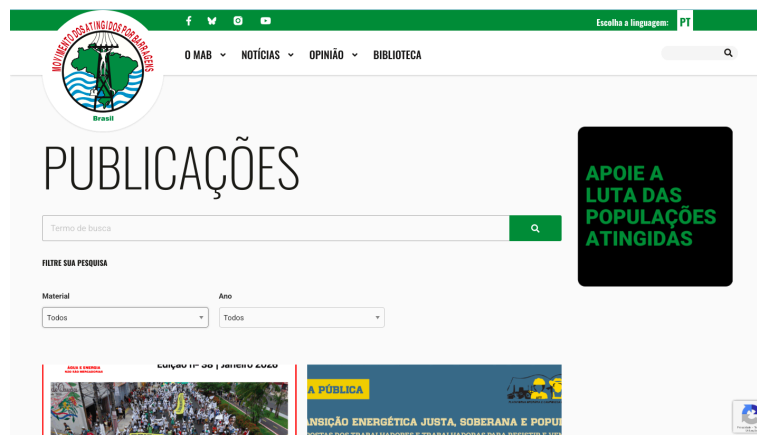
<sup>11</sup> Disponível em: <<https://issuu.com/jornalasurene>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

## 12. Biblioteca do Movimento dos atingidos por barragens - MAB

**12.1 Descrição:** Gerenciada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens. Seu escopo temático concentra-se nas lutas sociais, nos direitos das populações atingidas por barragens e nos impactos sociais, ambientais e econômicos provocados por empreendimentos hidrelétricos e minerários. Entre os principais conteúdos digitais disponibilizados estão publicações institucionais, cartilhas e materiais de formação, relatórios, documentos de mobilização social e registros audiovisuais, notícias e materiais de memória relacionados às ações e à trajetória do movimento.

### 12.2 Interface:

Figura 15: Biblioteca do Movimento dos atingidos por barragens - MAB



Fonte: Site do MAB<sup>12</sup>

Dentre os repositórios listados há uma causa a ser pensada: a disputa de memória. Alguns repositórios nascem de obrigações de reparação ligadas às próprias empresas e ao sistema de justiça (Biblioteca digital da UNESCO, CIT, portal IBAMA, parte da produção do MDH), enquanto outros são iniciativas de atingidos, coletivos e movimentos (A Sirene, ICLT, Guaicuy, Museu da Pessoa, Cáritas, Centro de Referência Memorial Brumadinho, Portal Brumadinho e Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB em chave colaborativa). Na prática, a memória digital está fragmentada entre esses diferentes acervos, portais institucionais e arquivos de movimentos sociais.

A dissipação de informações e/ou a dissociação de informações é um fator que causa desestímulo de forças para a luta dos atingidos, visto que diferentes frentes de atores sociais vinculam seu conteúdo a sua intenção e instituição.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://mab.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

Nesse contexto, a interoperabilidade e a livre circulação da informação constituem princípios efetivos para orientar o tratamento e a divulgação da informação sobre os acervos dos museus e das instituições de memória em geral. Dessa forma, as diferentes instituições podem, facilmente, trocar informações sobre seus acervos, enriquecendo suas descrições, interligando informações contextuais sobre os bens digitalizados e promovendo novas formas de acesso público integrado a esses conteúdos (IBRAM, 2020, p. 67).

Priorizar a interoperabilidade não representa uma perda de informação, mas, sim, a aquisição de uma nova e potente forma de interconectar as informações já existentes (IBRAM, 2020).

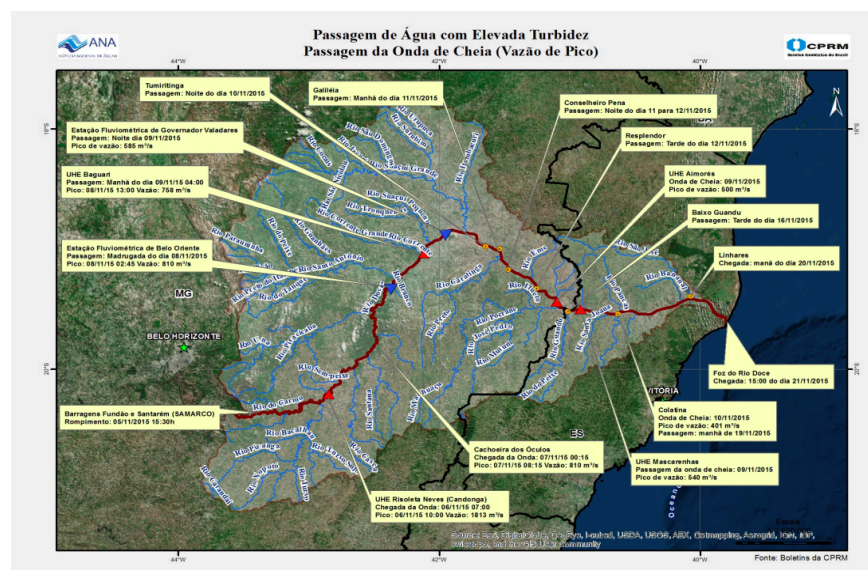
## 5. MEMÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: QUAL A FORÇA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PROMOVER MEMÓRIA?

### 5.1 Memória e território - Como esses conceitos aparecem no processo de reparação?

O texto “Territórios afetivos: Cartografia do aconchego como uma cartografia de poder” de Jan Simon Hutta (2020), discute sobre como o território pode também ser definido, pela perspectiva institucional, mais ligada à dominação político-econômica do que a uma interação com o ambiente, enquanto construção de uma identidade territorial (dessa definição entende-se como territorialidade). Assim, “o afeto é descrito como mais do que uma valorização subjetiva dos indivíduos: “é um dinamismo relacional se desdobrando entre corpos em interação em e com o espaço” (Hutta, 2020, p. 65). Tendo um grande evento como um crime ambiental que causou vítimas, o espaço do rompimento se transformou junto a transformação da interação das pessoas com esse espaço. As famílias das vítimas do desastre do crime de Mariana, o primeiro entre os aqui analisados, ficaram sujeitas a lidar com a perda, com o apagamento de uma identidade afetiva. Nesse âmbito, a idealização do repositório *on-line* surge para que sirva de lugar com relevância política de se confrontar fatos históricos que incitam um sentimento de reivindicação e desnaturalização desse passado.

A figura 16 a seguir mostra a extensão afetada pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana mostrando a grande área de invasão da lama:

Figura 16: Mapa de passagem da lama.



Fonte: CPRM, 2015.

O autor Ulpiano Bezerra discorre sobre a justiça no sentido de não provocar o esquecimento, fator ligado a preservação dessa memória: “[...]imagino que possa haver consenso ao menos nas seguintes proposições: i) Crimes contra a humanidade não são prescritíveis. Não podem ser esquecidos. O esquecimento sem justiça afeta não só o presente, mas o futuro” ( Bezerra, 2018, p. 5).

Por esta perspectiva, a educação patrimonial e ambiental, que tem o papel de garantir que a informação seja transmitida de maneira a destacar e transmitir a memorialização das ocorrências de uma mineração desenfreada, incide uma forma dessa consciência do ocorrido acontecer, que é rememorando o passado. Como lembra Ereshnee Naidu (2008):

Através da memória, buscamos promover uma cultura de democratização em parte pela criação de uma mentalidade de “nunca mais”. Fortemente dependente de educação cultural e outros métodos para educação e rememoração das pessoas sobre o passado, a memorialização se baseia, substancialmente, em provas documentais. Evidentemente, a população em geral deve ver a intervenção como legítima e imparcial. Para os processos de memória pública, isso significa que o processo de recordar e honrar não é apenas justiça dos vencedores, mas um processo consciente de reflexão sobre o passado (Naidu, 2008, p.3).

André Silva (2020), por sua vez, levanta em sua tese questões acerca das memórias de Bento Rodrigues, memórias que a lama não apagou, o autor indaga: “dessa forma, nos questionamos: o que representa a desterritorialização quando a olhamos pelos olhos das vítimas?” (Silva, 2020, p. 36):

No caso dos moradores de Bento Rodrigues, todo esse processo de desterritorialização ocorre, em um primeiro momento, de forma efêmera e instantânea. Deparam-se abruptamente com o fim do povoado, que existia há mais de 300 anos. Após o desastre, histórias escritas no território foram removidas, deslocadas de lugar, apagadas. Casas, escolas, objetos, fotografias, lugares afetivos, ritos sagrados, foram sepultados pela lama. O mundo real e simbólico conhecido pelos moradores foi destruído. Outro mundo se constrói a partir da desterritorialização. A relação dos moradores de Bento com esse novo mundo é reiniciada (Silva, André, 2020, p. 38).

As relações com o território podem ser pensadas desde o início da desterritorialização, conforme colocado pelos geógrafos como: um processo, geralmente violento e involuntário, que se desdobra na privação de espaço territorial (Silva, André, 2020 ). A partir do momento do rompimento da barragem, em que o mar de lama começou a se movimentar rapidamente até a comunidade de Bento Rodrigues, os moradores presenciaram a abrupta e traumatizante noção de que o lugar em que estavam seria tomado, sem aviso e sem a sirene que naquele dia não tocou. Esse fator de pânico mostra como a desterritorialização se apresenta, ao colidir com a não opção de ficar no território devido ao perigo e gravidade da situação. O movimento repentino de desterritorialização torna mais dolorosa e traumática a percepção que as vítimas

têm desse processo (Silva, 2020). A lama destruiu as formas de sociabilidade cotidiana e de territorialidade, engendrando descontinuidades nas memórias individuais e coletivas. Por isso, a dor desse processo de desterritorialização permanece a cada momento de lembrança do dia do desastre (Silva, 2020).

Os moradores de Bento Rodrigues relatam que as sirenes, consideradas alarmes que possibilitariam a eles se movimentarem para fugir do mar de lama, foram os próprios vizinhos, amigos e parentes, já que, as pessoas que viram primeiro a lama se aproximar, se mobilizaram em um resgate coletivo. Um movimento que evidencia as relações dos moradores em um sentimento comunitário afetivo, que traz um aspecto que quanto mais a sociedade ou determinados grupos avançam no sentido de construir laços de solidariedade coletiva, próprios da lógica dos processos de territorialização, mais se reforçam os laços mútuos de afetividades e ajuda (Silva, 2020).

Após a evacuação da população de Bento Rodrigues, o ato intitulado como reterritorialização é enfrentado como desafio pelos moradores. Sucessivas gerações que ali viveram constituíram a identidade desses lugares decorrente da agricultura familiar e da mineração manual durante séculos (Suñer, *et al.*, 2015).

No lugar, a identidade territorial se tornou rodeada pela dúvida, pela incerteza de moradia, e destituída de direitos fundamentais como roupa, comida e bens de valor material e imaterial. O trauma pelo dia e pelo momento apavorante de fuga se transformou em um movimento de “novo lugar” projetado ao longo do tempo. Em um primeiro momento, as famílias atingidas foram direcionadas a espaços coletivos como a quadra de futebol de Mariana. Um tempo depois foram destinadas a moradias na cidade. Segundo relatos, houve nesse período um momento de tensão e angústia pelos moradores do Bento, já que, esse novo lugar não os pertencia, tudo era diferente, a memória do passado vivido em comunidade no Bento era difundida pela impossibilidade de acesso a um território em devastação. A identidade da própria habitação, algo que se relaciona com o valor identitário de uma família, foi substituído por uma casa padrão para todos os atingidos, o que é notório no armário da cozinha dessas casas presentes na coleção de fotografias “Domesticidade” da professora e artista Ana Elisa Novais (2024):

Figura 17: Coleção Domesticidade.



Fonte: Ana Elisa Novais, 2024.

Figura 18: Coleção Domesticidade.



Fonte: Ana Elisa Novais, 2024.

É possível observar nas duas imagens que os armários fotografados se ambientam em duas casas distintas, tendo em vista o local de fundo das fotos, mas que apresentam uma mesma semelhança, os armários de cozinha são iguais. A artista relata sobre a coleção de fotografias intitulada Domesticidade, 2024:

Quando sobreviver a um desastre é viver outros e sobrepostos desastres. famílias atingidas pela barragem de fundão foram morar em casas alugadas. A promessa de reassentamento se renovou ano a ano, e se estendeu ao longo de oito, nove anos. Esses armários foram fornecidos pelas mineradoras no acordo feito com o Estado, um conjunto padrão de objetos passível de desgaste rápido com o tempo, o controle da narrativa precisa da domesticidade (Novais, 2024).

Outrossim, ao pensar na área afetada pela lama em Bento, Paracatu, Gesteira, criou-se um sítio arqueológico. Sítio esse reconhecido pelos moradores como testemunha do descaso das empresas, testemunha da devastação criada pelos agentes causadores do rompimento. Dentro desse cenário, nota-se uma ação dos moradores. Na época, se estimulou que a área

fosse limpa, deixando de ser uma testemunha do desastre criado, mas através da intervenção das pessoas atingidas, essa ação foi desfeita. As emoções patrimoniais dizem respeito à tristeza causada pelos sentimentos de injustiça e impunidade, mas retratam um entendimento do valor identitário individual e coletivo das memórias do passado e que, no presente, mantêm esses sentimentos vivos, às lembranças vivas. No ano posterior ao desastre em 2016, a comemoração das festividades religiosas do padroeiro da comunidade, São Bento, e da festa de Nossa Senhora da Mercês, marca um encadeamento coletivo de emoções patrimoniais expressas pela ausência do território afetivo onde eram realizadas as celebrações (Silva, 2020). Pois, como observamos, a mineradora, por meio da Fundação Renova, operou a construção do reassentamento (Novo Bento Rodrigues) na condição de que o antigo território ficasse sob sua responsabilidade (Silva, 2020). Isso porque, mesmo sob ruínas, ainda é o espaço representativo das memórias das vítimas (Silva, 2020).

Os objetos ausentes revestem-se de elementos nostálgicos, submergindo sua essência, sendo afetados por outras memórias, recordações, lugares da memória, evocando fragmentos do passado que se cristalizam em um imaginário permeados pelo trauma. Quando as vítimas evocam os elementos patrimoniais, associam imediatamente à memória, não somente a memória objetiva da história, mas uma abordagem afetiva onde o vínculo social com o lugar se destaca como um processo de construção memorial de cada na relação com os objetos ausentes. Eles ainda permanecem afetando e comunicando memórias para os moradores de Bento Rodrigues no presente (Silva, 2020, p. 172).

No Município de Mariana, a quantidade de localidades que foram atingidas pelo mar de lama, permite analisar a amplitude do desastre. Foram 35 municípios afetados no estado de Minas Gerais e 3 no estado do Espírito Santo (SEDRU/MG, 2016) por todo o trajeto foram registrados impactos.

Os povos originários Krenak por anos, lutaram contra a incidência da ampliação de empresas que usam recursos naturais para manutenção de práticas minerárias. O conjunto dessa luta possibilitou que, por certo tempo, sua permanência no território do entorno do Rio Doce se mantivesse mesmo que sem segurança. Para além de recursos naturais, alimentação e recursos hídricos, os Krenak se relacionam e estabelecem com o Rio Doce uma relação de “parentes” como uma parte de sua existência e ancestralidade, e a partir do contato com a natureza que se estabelece como comunidade em sua completude. O documento da UNESCO de 2003 estabelece os patrimônios culturais imateriais em que se reconhece às comunidades indígenas em sua totalidade a fim de salvaguardar o patrimônio cultural imaterial da humanidade: reconhecendo que as comunidades, em especial as indígenas, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos desempenham um importante papel na produção, salvaguarda,

manutenção e recriação do patrimônio cultural imaterial, assim contribuindo para enriquecer a diversidade cultural e a criatividade humana (UNESCO, 2003).

Há nessa dimensão uma questão de permanência, e justamente através desse documento da UNESCO se discute quanto o patrimônio imaterial se mantinha sem deferimento e que começa a se implicar uma proteção judicial por esses bens. Isso se vincula à Antropologia ao estabelecer conceitos e lugares nas relações de poder. A teoria da complexidade, de Edgar Morin (1990), se constitui como um importante avanço nesse sentido. Para Morin, o homem, enquanto ser, é uma totalidade biopsicossociológica. Nesse sentido, ao se deparar com a não realização da garantia dos direitos dos povos originários impressos em nossas regras jurídicas, tendo em vista o desastre de Mariana, é que as questões de lugar e memória se relacionam.

Figura 19: Hayo, chefe da comunidade indígena Pataxo Ha-ha-hae, observa o rio Paraopeba



Fonte: *Associated Press/Leo Correa*, 2019.

Os Maori, os hindus e os Krenak apresentam em seu pensamento, em sua forma de “ler”, decodificar o mundo e em sua forma de ser, a complementaridade como a base da existência. Natureza como cultura é um entendimento do entendimento que esses grupos possuem da vida. E que para além de coleções museológicas, também abrange como explicação do que é patrimônio, o então patrimônio das relações cotidianas:

Se o museu foi, na sua gênese, uma instituição criada para dar a conhecer e proteger o que seria mais tarde entendido como patrimônio, ainda hoje esses processos comunitários também mantêm esse escopo, no DNA das suas ações, cuidando e comunicando ainda mais abrangentemente o que querem e entendem como patrimônio: não só coleções musealisáveis, mas, e prioritariamente, o patrimônio das relações cotidianas, a própria dinâmica da vida humana em interação com outras formas de vida, a diversidade cultural, a biodiversidade, ou seja, o patrimônio da biosfera que abriga todas essas relações. Do espaço de vida de um lar, ao quintal de uma família, ao quarteirão de uma vizinhança, ao espaço histórico do campo e da urbe, do estado, da nação, do continente, da Terra... tal é a vocação frustrada dos seres para a duração, para um tempo incomensurável (Chagas, 2007, p. 66).

Resume-se que as relações individuais e coletivas dos seres humanos foram agressivamente colocadas em uma desproteção do estado e fugiu da garantia de permanência para as populações em seu processo de afirmação e perpetuamento de fatores identitários.

## 5.2 Qual a força dos movimentos sociais em promover memória?

O surgimento de veículos midiáticos de voz a comunidade e apoiadores aos atingidos exhibe o real significado de memória e pertencimento das populações quando na edição zero da revista “A Sirene” foi publicada uma matéria de entrevista com a pergunta “O que queremos ver do velho no Novo Bento?” e a resposta se ampara em signos sociais criados a partir da memória comum dos moradores e a própria relação cotidiana entre vizinhos como descrito na citação do jornal a seguir:

Para: - Cabecao; as serenatas - Maria Lucia: a escada de pedra - Paulinha: o pé de esponjeira - Claudia: os vizinhos - Dona Dirce: as igrejas - Vitor: o cascalho - Maria: o banco de pedra da praça - Ana Amelia: o bau de palha, Monica: o cemitério - Simaria: a praça - Weberton: o lambari frito - Elias: o arranca na quadra - Ana Beatriz: a brincadeira na rua - Mauricio: as cachoeiras - Xandim: a vida livre. Para todos: o direito de escolha; estar perto do Bento; a paisagem; o respeito a nossa história; o nosso modo de vida (Jornal A Sirene, ed. 0, 2016, p. 9).

É revelado então que desde o início da reterritorialização esse mar de lama pesada provocou indignação também em redes sociais e em todas as notícias circuladas, se via a presença das pessoas se comunicando através da internet (UNICAMP, 2017). Protestava-se sobre o governo e seus acordos com empresas, no caso a Samarco, mais uma delas a fazer parte de negociatas, de acordos ilícitos (UNICAMP, 2017).

“Sentimos que nem tudo que queríamos aparecia (na grande mídia), tudo era muito filtrado. Eles aproveitavam muito dos momentos de sensibilidade, quando alguém estava chorando para fazer fotos, ao mesmo tempo os atingidos não conseguiam fazer queixas da empresa”, diz a professora Juçara Brittes, integrante do coletivo Um Minuto de Sirene (UNICAMP, 2017, p. 142).

É lícito postular que ao se tratar de um “patrimônio da biosfera que abriga todas essas relações”, o Brasil e seu território continental é, como disse Georges-Henri Rivière, cunhador

com Hugues de Varine do conceito de ecomuseu, um celeiro de ecomuseus, e se poderia acrescentar, de criações museológicas populares ou comunitárias (Chagas, 1995).

Sendo assim destruído e minando as chances de ocupar da mesma maneira os locais e de abarcar objetos materiais quanto imateriais se incumbe uma reparação integral de danos estabelecida no Acordo judicial para reparação integral e definitiva relativa ao rompimento da Barragem de Fundão (Brasil, 2024) definido e homologado em 25 de outubro de 2024 pelo Supremo Tribunal Federal, em que ganha força em ser uma obrigação jurídica para as partes envolvidas (as empresas Samarco, Vale e BHP, União Federal, Ministério Federal e Estadual de MG, ES e Defensorias públicas).

Na real circunstância presente, o dito “Novo Acordo Rio Doce”, conhecido como “acordo de repactuação” incube que a repactuação do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado em 2016 assim descrito na “Revista “Relato” publicada em 2025, vinculada ao curso de graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) destaca-se:

Se em um primeiro momento o ambiente festivo simbolizava enormes avanços quanto a uma suposta definição justa de reparação, para as pessoas atingidas a celebração foi menos vistosa. Entre discursos, promessas e cifras milionárias, o evento deixou de lado vozes que realmente importam nesta discussão: as de quem teve suas vidas impactadas, que estavam no olho do furacão, no caminho do mar de lama (Revista Relato ed. 3 - agosto, 2025).

Em resumo, os fatores descritos nessa seção que envolvem estudos sobre territorialidade, desterritorialidade, reterritorialidade, emoções patrimoniais, memória traumática, patrimônio ausente e questões identitárias são conceitos que se relacionam com o trauma que mesmo dentro de circunstâncias adversas de injustiças, os moradores de Bento Rodrigues são agentes nos processos de patrimonialização.

Os desafios para se construir processos participativos de gestão do patrimônio cultural hoje transcendem as críticas aos conceitos de identidade ou memória nacional (Suñer *et al.*, 2015). A relação entre a comunidade afetiva e o território se transformou como o ato de ressignificar o território destruído. O movimento “Loucos pelo Bento” possui justamente esse intuito, de posicionamento presente pelos atingidos no espaço abalado. Fica nítida a necessidade da presença dos processos museológicos como ponte facilitadora e esclarecedora nas lutas dos moradores atingidos pela busca de manutenção do patrimônio e entendimento dos objetos perdidos, que se tornaram arqueológicos, patrimoniais, índices de permanência e de autoridade sobre os espaços do território a que seus proprietários pertenceriam.

São testemunhos na busca pela luta pelos direitos dos atingidos. A lógica da musealidade dos objetos retirados ou perdidos na lama, passaram por um processo de transformação simbólica, não se relacionando necessariamente com a separação material do ambiente físico, mas com uma existência dupla, delimitada pelos objetos. Na relação entre memórias e objetos, a musealidade revelou as qualidades não materiais patrimoniais ausentes e presentes (Silva, 2020).

A partir de todos os parâmetros levantados e descritos anteriormente, se observa a conexão entre a museologia e a criação dos repositórios digitais ligados aos desastres criados em rompimentos de barragens, pois a partir dessa conexão se permite a análise de requisitos essenciais para o seu bom funcionamento, almejando a atuação segura e o ambiente navegável a começar pela interface e composição desses repositórios. A quem os RDs pertencem? Qual é a coleção de acervos que pode ser acessada? Quais são as ferramentas disponíveis para pesquisa no site? Há padrões ou contrastes nos repositórios encontrados? Quais são?

O que coloca-se em discussão é que um ambiente virtual produzido com a intenção de compilar informações de assuntos e formatos diversificados acerca dos desastres de Mariana e Brumadinho, os RDs ligados a conflitos minerários, expõem um campo de investigação onde as plataformas digitais se tornaram um produto das lógicas comerciais de interesses, de modo a evidenciar as formas de violência epistêmica que vêm desenvolvendo a sua operabilidade das mesmas sob uma lógica de capitalismo de dados que evidencia a discussão sobre a invisibilidade de presença e voz dos atingidos.

### 5.3 Preservação da memória

Em 2007, um grupo de trabalho da *American Library Association* (ALA) propôs uma definição para preservação digital nos seguintes termos:

A Preservação Digital combina políticas, estratégias e ações para assegurar a geração acurada de conteúdo autêntico ao longo do tempo, independentemente dos desafios de falhas em suportes documentais e mudanças tecnológicas. Aplica-se igualmente para conteúdo nascido digital e reformatado (*American Library Association*, 2007; *apud* Bode, 2016, p. 514).

A escritora e antropóloga Elizabeth Jelin (2002) no livro “*Los trabajos de la memoria*” expõe limitações encontradas na manutenção da memória. Destarte, a autora escreve sobre o processo de trabalhar a memória no sentido de tratar o passado através do processamento e incorporação da memória no presente, em vez de apenas reviver a memória, para que assim não corra o risco de se promover uma compulsão que leva a um esquecimento seletivo que

pode ser também manipulado. Dentro dessa lógica, a autora faz menção aos episódios de rememoração que se engloba no plano coletivo. A memória coletiva, por sua vez, é dita como socialmente criada e tratando-se do desastre provocado em Mariana através das empresas mineradoras que possuem poder político e econômico, se cria um episódio em comum entre as pessoas que foram atingidas e que por isso compartilham do mesmo sentimento tanto de injustiça quanto abalos de cunho moral e existencial. A autora então, contextualiza que o desafio de trabalhar a memória reside também na superação da amnésia e do esquecimento vinculados a abusos políticos já que sinistro não acontece em um ambiente neutro, tendendo a haver uma disputa social envolvida dita no trecho abaixo:

En el plano colectivo, entonces, el desafío es superar las repeticiones, superar los olvidos y los abusos políticos, tomar distancia y al mismo tiempo promover el debate y la reflexión activa sobre ese pasado y su sentido para el presente/futuro (Jelin, 2002, p. 16).

Ela prossegue dizendo sobre o assunto nesse trecho:

Aun cuando lógicamente no haya contradicción, hay una tensión entre preguntarse sobre lo que la memoria y proponer pensar en procesos de construcción de memorias, de memorias en plural, y de disputas sociales acerca de las memorias, su legitimidad social y su pretensión de «verdad» (Jelin, 2002, p. 17).

Ao se ponderar sobre os processos de construção da memória, têm-se as disputas sociais e as reivindicações da verdade. As autoras Karine Carneiro e Tatiana Souza (2023) no artigo “Desastralização - a proposta de uma ferramenta - conceitual para analisar casos de desastres criados” usam como referência a noção de “acontecimentalização”, analisam o tema a partir das noções de poder e de procedimento genealógico desenvolvidos por Foucault. Inferem ao assumir que existem diversos tipos de desastres como os desastres ambientais e os desastre sociotécnicos, ao se pensar a rede ampla e a complexidade crítica e analítica dos processos da mineração, que o rompimento de uma barragem pode se encaixar no termo “desastre criado” na genealogia de problemas descrita pelo filósofo Foucault como um processo longilíneo que causou uma eclosão:

[1] o desastre, mais do que um acontecimento com local e data, antecede seu ponto de eclosão – a ruptura de uma barragem, por exemplo – e continua depois dele, configurando-se, portanto, como rede, como parte de uma cadeia ampla e sistêmica (espacial, territorial, econômica, social, política, etc.), apesar do momento da eclosão ser o ponto crítico ou de visibilidade máxima desse processo; [2] uma série de mecanismos de poderes produzem redes de atravessamentos que incidem, como diria Foucault (1999), tanto no corpo individual das pessoas envolvidas nesse processo – a anátomo-política que, por exemplo, exige determinado tipo de comportamento e atuação das pessoas para que possam ser reconhecidas como atingidas – quanto no corpo espécie/populacional – a biopolítica que provoca a

expulsão de comunidades inteiras de seus territórios transformando grupos heterogêneos em uma população de atingidas/os (Carneiro; Souza, 2023, p. 509).

Nesse sentido, a aposta é a de que esses desastres criados (não naturais) não têm no momento de seu ponto alto de crise, de sua eclosão, o seu começo e, muito menos, o seu fim (Carneiro; Souza, 2023). Isso quer dizer que nesse processo, há uma grande genealogia de problemas, em que cabe analisar uma série de acontecimentos em que se vê, nos estudos sobre desastres, uma tendência de tratar uma prevenção (antes do desastre); resposta (durante); e reconstrução (pós-desastre). Ao comparar um desastre natural a um desastre criado, há nesse último a existência da responsabilidade e da culpa que deverão causar a reparação desses danos. Porém, essa reparação tende a se tornar um grande jogo de verdadeiro e falso entre os causadores e os afetados em que as empresas causadoras provocam violações de direitos humanos, de um modo geral, e a desestruturação de territórios e suas populações, de uma maneira mais específica, ao longo do tempo (Carneiro; Souza, 2023, p. 514).

Entretanto, muito embora tais situações venham, de longa data, mobilizando o campo acadêmico crítico que historicamente tem se posicionado em defesa das pessoas atingidas e do meio ambiente – assim como os movimentos populares –, desde Fundão, esses acontecimentos parecem ter se tornado um problema que se alastrou não apenas nos discursos da academia e movimentos populares, mas também nos discursos e narrativas dos poderes públicos e da mídia. Ou seja, tem sido instaurado um jogo entre o verdadeiro e o falso, passível de problematização (Carneiro; Souza, 2023, p. 516).

Com o desejo de, na prática, dar visibilidade, garantir o direito à voz às vítimas da barragem, e dialogar com a sociedade sobre o crime ambiental, diversos movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos de trabalhadores rurais e comunidades tradicionais se uniram para que os responsáveis assumam seus erros.

A reparação dos desastres criados em rompimentos de barragens se caracteriza como uma tentativa de justiça para o ocorrido. Embora o caso de Mariana e Brumadinho não se enquadre no modelo clássico de “Justiça de Transição” há pilares na forma deste tipo de justiça que se encaixam no caso em que em um contexto ampliado, os desastres criados também são considerados violação de direitos humanos que leva a considerar mecanismos de verdade, memória, justiça, garantia de não repetição. O processo de redemocratização após experiências autoritárias compõe-se de pelo menos quatro dimensões fundamentais: “(i) a reparação, (ii) o fornecimento da verdade e construção da memória, (iii) a regularização da justiça e re-estabelecimento da igualdade perante à lei e (iv) a reforma das instituições perpetradores de violações contra os direitos humanos” (EdUFMG, 2009, *apud* Abrão; Torelly, 2010, p. 28).

Em segundo plano, em um cenário de disputas políticas e sociais, os movimentos sociais se direcionam ao coletivo nessa intenção de ser um aliado da defesa da reparação, do fornecimento e da construção da verdade. Os movimentos sociais então se posicionam em frentes de disputas.

Sendo assim, é importante que vejamos os movimentos sociais como um conjunto de ações coletivas que emergem no mundo moderno, tendo como um dos objetivos influenciar o funcionamento das sociedades, por isso que os movimentos também assumem uma perspectiva de “disputa” em torno de interesses e visões de mundo entre os membros de uma sociedade (EdUFMG, 2009).

O episódio do rompimento foi sucedido por diversas disputas em meio à reparação incluindo as ações judiciais, acordos institucionais, ações de reparação como o caso do reassentamento e o reconhecimento dos direitos dos atingidos. E nesse contexto de acordar parâmetros para os aspectos citados que a presença de lideranças se torna uma forma de dar voz às comunidades, dar espaço a negociação. Porém se observa a participação limitada nesses espaços, mesmo dez anos após o ocorrido. Se faz necessário então, entender como as lideranças das comunidades junto a apoiadores da luta e ressarcimento dos direitos integrais adequados atuaram nessa lacuna de tempo sendo os principais mobilizadores de um longo discurso acerca da verdade do desastre e que para além desse marco temporal, se expande para a luta dos atingidos por barragens e semelhantes que vêm se unindo a esses fatores a anos. Nesse cenário se inserem marcos normativos e políticas públicas no reconhecimento e garantia de direitos. De acordo com a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais (2021) é importante que as comunidades conheçam essas leis para denunciar caso alguma diretriz seja descumprida e também para impedir que elas sejam alteradas para atender os interesses da mineração.

Após muita luta da sociedade civil, em 2019 começou a valer a lei estadual nº 23291, mais conhecida como “Lei Mar de Lama Nunca Mais”, que instituiu a política de segurança de barragens em Minas Gerais. Ela tem como objetivo a proteção ao meio ambiente e da população, busca priorizar ações de prevenção, fiscalização e monitoramento, pelos órgãos e pelas entidades ambientais competentes do estado (Cáritas, 2021).

A Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB) instituída em janeiro de 2021, por meio da lei nº 23795 garante que o Estado preste assistência social às pessoas atingidas por barragens. Todas as ações prévias, concomitantes e posteriores às atividades de planejamento, construção, instalação, operação, ampliação, manutenção ou desativação de

barragens são abrangidas pela Peab, sendo assim, os atingidos devem ter assistência em todos esses momentos (Cáritas, 2021).

A Lei 14.755/2023, que criou a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), chega como uma resposta tardia a décadas de omissão estatal e abusos cometidos por mineradoras e concessionárias de energia (Holzbach, 2023). A política auxiliou na definição de quem são os atingidos pois antes disso, os atingidos e atingidas não eram reconhecidos pelas empresas e Estado. O texto nomeia e reconhece os atingidos, estipula reparações e impõe regras de responsabilidade social às empresas, além de criar mecanismos de participação para que as comunidades acompanhem a implementação da política (Holzbach, 2026).

Apesar dos marcos normativos representados por avanços, persistem desafios de implementação e inclusão efetiva dos atingidos em negociações relacionadas a fatores estruturais e políticos em que destaca-se a discrepância de poder das empresas de mineração e dos atingidos em processos decisórios em que as empresas de mineração interferem no poder de decisão que retardam a aplicação e fiscalização das normas pelas instâncias que controlam as normas. Havendo assim, o enfraquecimento da participação das comunidades atingidas de forma a dificultar o acesso e a compreensão dos atingidos levando a uma tendência de dependência do protagonismo das comunidades para a efetivação das leis a partir da mobilização e cobrança das comunidades pelos seus direitos.

Como resposta às causas dos desastres criados, há de se mobilizar nesse processo o trabalho executado por Assistências Técnicas Independentes (ATI's) que podem ser contratadas a partir de decisão judicial, pelo ministério e defensoria pública ou então pelos movimentos sociais que pressionam por auxílio exigindo a criação das assistências técnicas na prestação de suporte e recursos as comunidades para que tenham ajuda de profissionais de diversas áreas na articulação em decisões importantes com foco em propostas de reparação justas e adequadas. As ATI's funcionam como apoio e necessidade às comunidades atingidas por barragens pois prezam pelo modo de levar informações válidas e com menos complexidade sobre documentos técnicos, decisões e acordos a fim de dar autonomia e voz aos atingidos.

Para assegurar a defesa de direitos, a ATI é composta por uma equipe técnica multiprofissional que trabalha em prol dos interesses e dos direitos das pessoas atingidas, transformando suas demandas e suas contribuições em linguagem técnica – para serem levadas às instituições de justiça e empresa – e, inversamente, traduzindo a linguagem técnica em linguagem acessível, permitindo que os atingidos

participem ativamente das negociações e dos processos decisórios (Silva; Conceição; Pirró, 2020, p. 298).

Por isso, é comum que as ATI's produzam informações de apoio à luta dos atingidos, conteúdos e dados consolidados a partir da realidade dos atingidos de modo transparente armazenados também em repositórios digitais. Importante frisar que nem todas as ATI 's possuem repositórios, mas que isso não significa que a produção de dados não exista, apenas não há disponibilidade de acesso aberto e digital. Em contrapartida, os repositórios digitais institucionais mantidos por instituições como por exemplo, as empresas envolvidas nos desastres criados, produzem conteúdos científicos estruturados com uma linguagem mais técnica e formal. Segundo o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG):

A prestação de assessoria técnica não é mera transferência do conhecimento técnico ou científico às comunidades e sim um processo dialógico em que os conhecimentos e saberes produzidos e experienciados pelas comunidades nas suas práticas sociais e vivências cotidianas sejam agregados e incorporados à esfera e ao discurso técnicos (MPMG; CIMOS, 2017, p. 1 *apud* Silva; Conceição; Pirró, 2020, p. 298).

Havendo dissociação da memória digital que está fragmentada entre esses diferentes acervos, portais institucionais e arquivos de movimentos sociais, o material de alguns repositórios nascem de obrigações de reparação ligadas às próprias empresas e ao sistema de justiça (Biblioteca digital da UNESCO, CIT, portal IBAMA, parte da produção do MDH), enquanto outros são iniciativas de atingidos, coletivos, movimentos e assistências técnicas independentes (A Sirene, ICLT, Guaicuy, Museu da Pessoa, Cáritas, Centro de Referência Memorial Brumadinho, Portal Brumadinho e Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB em chave colaborativa). Isso importa para pensar em regimes de visibilidade e enquadramentos. Brandão (2011, p. 125) analisa, assim, que “[...] a ação coletiva na sociedade capitalista seria condicionada pela exploração presente no processo produtivo e, portanto, seriam as classes sociais não só os agentes das ações coletivas, mas também os sujeitos históricos das transformações revolucionárias”.

De modo a pensar a Museologia nesse processo, é possível citar o documento de Plano Nacional Setorial de Museus (2025). Plano esse que age como um documento que organiza, regulariza e discute metas e ações para o desenvolvimento da museologia brasileira na esfera e estruturação do campo museal como política pública. Além de reforçar o estudo da museologia social e comunitária em que se busca ampliar e discutir o museu como agente e ferramenta de transformação social. Dentre as diretrizes estabelecidas no Plano de 2024 - 2034 estão:

[As diretrizes]...visam reconhecer a necessidade de reparação histórica nas ações e estruturas das instituições museológicas; qualificação e manutenção de museus, pontos de memória e outros processos museológicos; fortalecimento da função educativa dos museus; segurança dos bens culturais musealizados e combate ao tráfico ilícito de bens culturais; formação dos trabalhadores de museus e ampla difusão dos acervos museológicos, levando em conta a sua diversidade e elementos necessários para que sejam acessíveis (IBRAM, 2025, p. 27).

Menciona-se a expressão “processos museológicos” estabelecido como:

Programa, projeto ou ação em desenvolvimento ou desenvolvido com fundamentos teóricos e práticos da museologia, que considere o território, o patrimônio cultural e a memória social de comunidades específicas, para produzir conhecimento e desenvolvimento cultural e socioeconômico (Referência: Portaria Ibram nº 605, de 10/02/2021). É também um termo que visa abarcar a diversidade e representatividade do campo museal, dando conta das iniciativas coletivas e processos comunitários, não se confundindo com o trabalho técnico em museus. Neste documento, é usado na acepção da Lei nº 11.904/ 2009, que institui o Estatuto de Museus, onde ‘processos museológicos’ é entendido como aqueles processos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades (IBRAM, 2025, p. 62).

A expressão, então, amplia a discussão acerca do campo museal e não se confunde com o trabalho técnico em museus. Em consonância com a abordagem em pauta, ao analisar a estrutura de repositórios vinculados a memória do desastre, incube inserir os processos museológicos como um passo importante tendo em vista as seguintes características: ao tratar o fato museológico em que se estabelece uma relação entre sujeito, objeto e contexto social (Guernieri, 1984) é fundamental entender, na preservação da memória, o protagonismo das comunidades para assim evitar a apropriação institucional da memória.

Hugues de Varine (2012), no livro “As raízes do Futuro - O Patrimônio a serviço do desenvolvimento local” discute a construção coletiva e integral do patrimônio defendendo a busca de sua permanência, sem a necessidade de decodificá-las:

O patrimônio, sob suas diferentes formas (material ou imaterial, morto ou vivo) fornece o húmus, a terra fértil necessária ao desenvolvimento. O desenvolvimento não se faz “fora do solo”. Suas raízes devem se nutrir dos numerosos materiais que, na sua maioria, estão presentes no patrimônio: o solo e a paisagem, a memória e os modos de vida dos habitantes, as construções, a produção de bens e de serviços adaptados às demandas e necessidades das pessoas, etc. Como em todo fenômeno de crescimento, há transformação do material disponível: destruição, modificação da estrutura ou da forma, aparição de novos objetos, criação de energia... A natureza e a cultura são vivas enquanto pertencem a uma população da qual constituem o patrimônio. Elas morrem muito depressa quando são apropriadas e codificadas por especialistas externos à população (Varine, 2012, p. 19).

Disso resulta, como corolário, que o desenvolvimento não pode se fazer sem a participação efetiva, ativa e consciente, da comunidade que detém esse patrimônio (Varine, 2012).

Por fim, têm-se que os processos museológicos estão presentes em esferas de tratamento da memória individual e coletiva em detrimento da transformação simbólica que os desastres criados inseriram em uma realidade já não mais presente na vida dos atingidos mas através da transferência de ausência, tanto dos objetos quanto da imaterialidade das relações com o ambiente e paisagem em luta social. Na abordagem da compilação de materiais digitais os processos museológicos baseados na museologia social, com a protagonização da comunidade atingida, deve conceder o espaço de fala aos que detém a valorização dos objetos patrimoniais, sejam eles também na esfera digital.

## **6. COLETA E ANÁLISE COMPARATIVA DE DADOS DOS REPOSITÓRIOS DIGITAIS VINCULADOS AO ROMPIMENTO DE BARRAGENS A PARTIR DO OLHAR MUSEOLÓGICO.**

Nesse estudo foram adotados parâmetros qualitativos para realizar uma análise comparativa de repositórios digitais que abordam os desastres criados pelo rompimento de barragens de mineração no Brasil entre 2015 a 2026 em que o material analisado se manteve *on-line* no momento da consulta dessa pesquisa e que permitiu realizar um mapeamento de campos informacionais chaves/ conceitos caros a museologia e o entendimento de reparação a ser possível a comparação entre as variáveis de interface dos sites.

### **6.1 Participantes**

Foram mapeados os repositórios encontrados com a temática de desastres ligados à atividade da mineração. A amostra deste estudo foi composta por doze (12) sites mapeados. As buscas pelos sites foram feitas através de visitas aos endereços dos veículos midiáticos vinculados às iniciativas de atingidos, coletivos, assistências técnicas independentes e movimentos sociais existentes que participam e apoiam a luta dos atingidos junto a visita aos veículos midiáticos ligados às organizações que se vinculam à responsabilização do desastre-crime (empresas) e governo em nível estadual e federal.

Existem diversas assistências técnicas independentes que não foram mencionadas no mapeamento pois possuem falta de recursos ou estrutura de repositório acessível para a pesquisa realizada neste trabalho, o que não elimina a produção por parte de outras iniciativas que possuem dados e documentos sobre o tema do rompimento de barragens em Minas Gerais.

Apenas quatro (4) entre os doze (12) sites com repositórios estruturados possuem vínculo com o governo, o que revela que sete (8) entre os doze (12) sites possuem ligação com iniciativas coletivas. No momento de realização desta pesquisa, a consulta *on-line* do material analisado permitiu realizar um mapeamento dos campos informacionais dos repositórios estudados, a partir de conceitos-chave ligados aos processos museológicos de preservação da memória, reconhecimento de identidades, territórios e de defesa dos direitos humanos. Para tanto, buscou-se realizar a comparação entre as variáveis de interface nos sites, a fim de identificar padrões ou contrastes no tratamento das informações divulgadas.

## 6. 2 Materiais

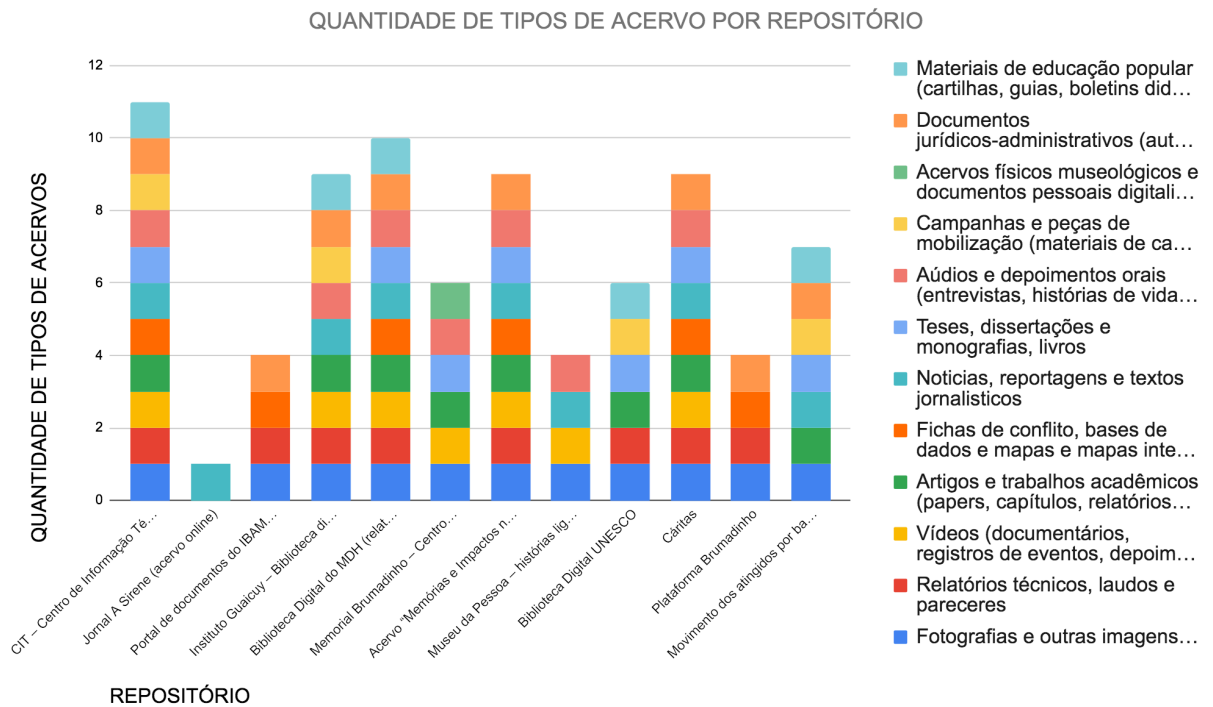
Os materiais de pesquisa foram feitos através de gráficos elaborados no aplicativo Google planilhas separados em diferentes aspectos: A. ACERVOS; B. METADADOS; B1. COMPARAÇÃO DE PADRÃO DE METADADO *DUBLIN CORE* NOS RDS MAPEADOS (ferramenta de busca/filtros); tabela: C. AUTORIA DAS PRODUÇÕES DOS ACERVOS e tabela D. ANÁLISE DE CONTEÚDO ESPECÍFICO:

### A. ACERVOS

A tabela a seguir elenca as tipologias de acervo presentes dentre os doze repositórios mapeados a partir das categorias:

- Fotografias e outras imagens digitais;
- Relatórios técnicos, laudos e pareceres;
- Vídeos (documentários, registros de eventos, depoimentos em vídeos);
- Fichas de conflito, bases de dados e mapas e mapas interativos;
- Notícias, reportagens e textos jornalísticos;
- Teses, dissertações e monografias, livros;
- Áudios e depoimentos orais (entrevistas, histórias de vida, podcasts);
- Campanhas e peças de mobilização (materiais de campanha, registros de ações públicas);
- Acervos físicos museológicos e documentos pessoais digitalizados;
- Documentos jurídicos-administrativos (autos, notificações, termos etc);
- Materiais de educação popular (cartilhas, guias, boletins didáticos).

Figura 20: Gráfico 1 - Quantidade de tipos de acervo por repositório:



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

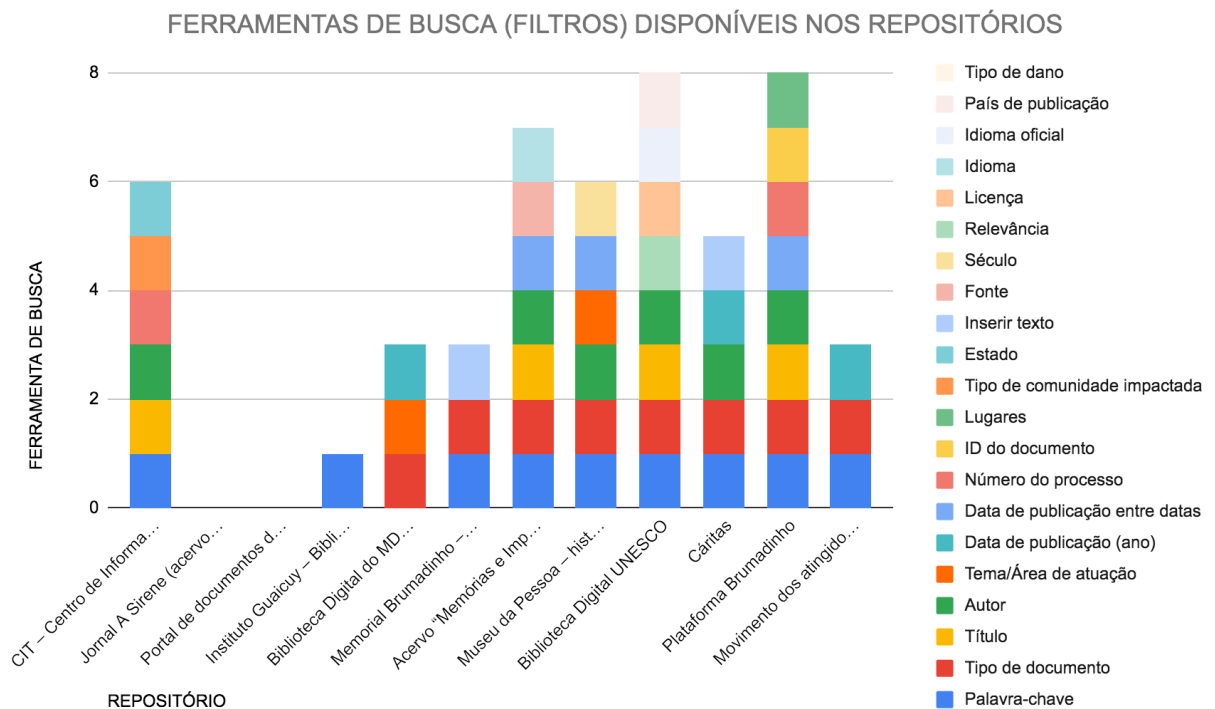
## B. METADADOS (ferramenta de busca/filtros)

Tendo em vista as ferramentas de busca em cada site, a partir da obtenção dos filtros em cada um dos repositórios foi definido os padrões de filtros:

- Palavra-chave;
- Tipo de documento;
- Título;
- Autor;
- Tema/Área de atuação;
- Data de publicação (ano);
- Data de publicação entre datas;
- Número do processo;
- ID do documento;
- Lugares;
- Tipo de dano;
- Tipo de comunidade impactada;
- Estado;

- Inserir texto;
- Fonte;
- Século;
- Relevância;
- Licença;
- Idioma;
- Idioma oficial;
- País de publicação.

Figura 21: Gráfico 2 - Ferramentas de busca (filtros) disponíveis nos repositórios mapeados



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

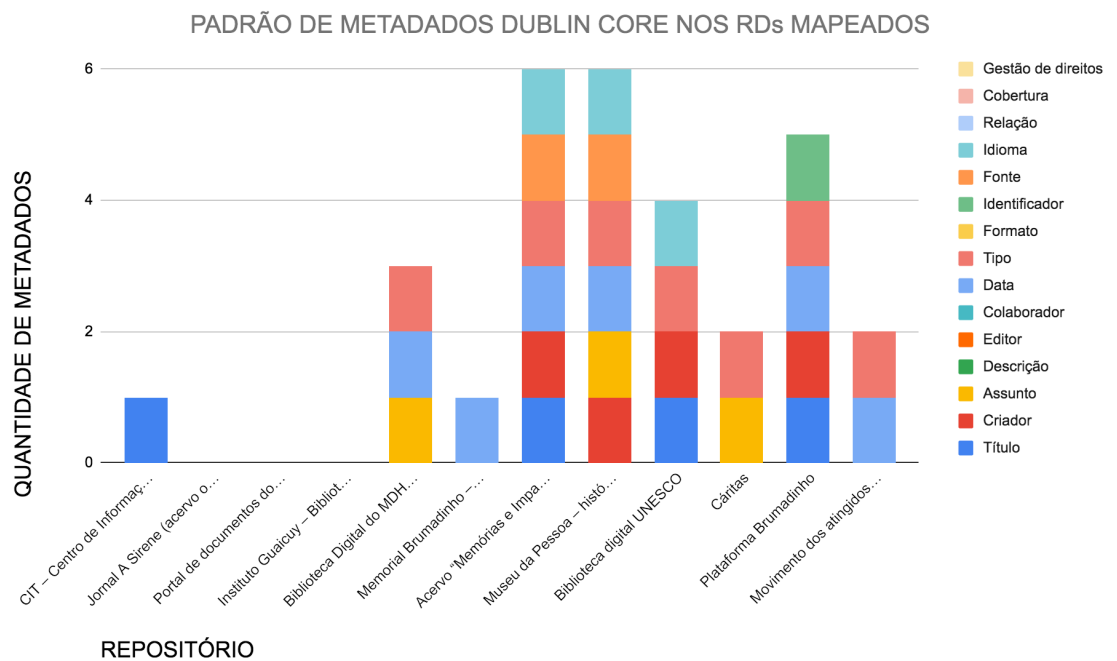
## B.1 COMPARAÇÃO DE PADRÃO DE METADADO

O padrão de metadados Informações Leves para Descrever Objetos (LIDO) que é utilizado para representar o modelo conceitual CIDOC-CRM - destaca se o padrão *Dublin Core*, um esquema de metadados mais utilizado para descrever objetos digitais, tais como imagens, áudios, vídeos, textos e recursos *Web*:

O *Dublin Core* é composto por 15 elementos de metadados:

1. Título;
2. Criador;
3. Assunto;
4. Descrição;
5. Editor;
6. Colaborador;
7. Data;
8. Tipo;
9. Formato;
10. Identificador;
11. Fonte;
12. Idioma;
13. Relação;
14. Cobertura;
15. Gestão de direitos.

Figura 22: Gráfico 3 - Padrão de metadados *Dublin Core* nos RDs mapeados:



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

### C. AUTORIA DAS PRODUÇÕES DOS ACERVOS

Tabela 1: O fator comparativo dos acervos a fim de identificar a diversidade presente ou não de acervos que mantiveram sua produção restrita ou quase restrita à sua própria produção, foi feita a análise escolhendo três tipos diferentes de autorias que aparecem mais vezes entre os tipos de acervos nos repositórios. Os espaços na tabela preenchidos com o sinal “-” indicam que não foi encontrado aquele tipo de autoria comum no repositório em questão.

Tabela 1: Autoria das produções dos acervos

REPOSITÓRIO	AUTORIA 1	AUTORIA 2	AUTORIA 3
Plataforma Brumadinho	Poder Judiciário do estado de Minas Gerais	Vale	Defensoria pública do estado de Minas Gerais
Centro de de Informação Técnica (Reparação Bacia do Rio Doce) - CIT	Fundação Renova	Projeto TAMAR	Fundo Brasil de Direitos Humanos
Memorial Brumadinho	Memorial Brumadinho	-	-
Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG - Portal IBAMA	Ministério do Meio Ambiente	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA	-
Instituto Guaicuy – Biblioteca digital	Comunicação Guaicuy	Giro das comissões	Jornal OTempo
Biblioteca digital do Ministério dos Direitos Humanos (relatórios sobre Fundação)	Ministério dos Direitos Humanos - MDH	Comissão de Anistia	Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH
Cáritas	Cáritas Brasileira	Caritas Internationalis	Grupos de pesquisa
Instituto Camila e Luiz Taliberti - Acervo Somos Sementes	Ministério Público Federal, 4ª Câmara de Coordenação e Revisão - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural	Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração	Instituto Camila e Luiz Taliberti

Biblioteca digital da UNESCO	Unesco	-	-
Museu da Pessoa	-	-	-
Jornal A Sirne	Jornal A Sirene	-	-
Biblioteca do Movimento dos atingidos por barragens - MAB	Jornal do MAB	<i>Earthscan Publications Ltd,</i>	-

#### D. ANÁLISE DE CONTEÚDO ESPECÍFICO

Tabela 2: Análise de conteúdo específico

Seis documentos importantes apresentando a sua localização e seu status (documento disponível ou apenas citado) dentre os repositórios mapeados. Os espaços na tabela preenchidos com o sinal “-” indicam que não foi encontrado o repositório para o documento analisado.

O campo “status” da tabela foi preenchido com dois tipos de resposta”:

1. Disponível: O documento é encontrado na íntegra em sua versão primária.
2. Citado: O documento é usado como fonte de pesquisa para novos documentos argumentativos.

DOCUMENTOS	REPOSITÓRIO 1	REPOSITÓRIO 2	REPOSITÓRIO 3	STATUS
Termo de transação e Ajustamento de Conduta - TTAC SAMARCO	CIT - Reparação Rio Doce	Samarco - GOV	Biblioteca Digital MDH	R.1: Disponível R.2: Disponível R.3: Citado
Relatos dos atingidos de Mariana e Brumadinho	Plataforma Brumadinho	Memorial Brumadinho	A Sirene	R.1: Disponível R.2: Disponível R.3: Disponível
Relatórios de direitos humanos sobre o desastre de Fundão	Biblioteca digital do Ministério dos Direitos Humanos (relatórios sobre Fundão)	Biblioteca digital UNESCO	Cáritas	R.1: Disponível R.2: Citado R.3: Citado

Panorama dos desastres de Mariana e Brumadinho: o que sabemos até agora?	CIT - Reparação Rio Doce	Biblioteca digital UNESCO	-	R.1: Documento R.2: Citado
Relatório de monitoramento da reparação - Bacia do Rio Doce	CIT - Reparação Rio Doce	Samarco - GOV	Instituto Guaicuy	R.1: Disponível R.2: Disponível R.3: Citado
Dossiê atingidos por barragens e Direitos Humanos	Instituto Guaicuy	Caritas	Jornal A Sirene	R.1: Disponível R.2: Disponível R.3: Citado

### 6.3 Análise de dados

A. O gráfico 1 apresenta os seguintes parâmetros:

O repositório considerado mais diversificado é o CIT, com onze tipos de acervos diferentes. Já o repositório menos diversificado identificado foi o Jornal A Sirene apresentando apenas um tipo de acervo entre as doze categorias elencadas. Os repositórios Instituto Guaicuy, Acervo Memórias e impactos da mineração Instituto Camila e Luiz Taliberti e Cáritas possuem nove tipos de acervos diferentes.

B. O gráfico 2 apresenta os seguintes parâmetros:

Os repositórios Plataforma Brumadinho e Biblioteca Digital da UNESCO apresentam oito dos vinte tipos de ferramentas de busca elencados, enquanto o Jornal A Sirene e o Portal de documentos do IBAMA não apresentam ferramentas de busca.

C. O gráfico 3 apresenta os seguintes parâmetros:

Ao comparar o padrão de metadados *Dublin Core* que apresenta 15 elementos, dentre os 12 repositórios mapeados nenhum possui os 15 elementos. O acervo memória e impactos da mineração - Instituto Camila e Luiz Taliberti apresenta seis dos elementos, já o acervo do Museu da Pessoa - assuntos ligados a mineração também possui 6 dos elementos do padrão de metadados que são: criador, data, tipo, fonte e idioma criador, assunto, data, tipo, fonte e idioma. O repositório CIT e Memorial Brumadinho possuem um tipo de metadados e os repositórios Cáritas e MAB possuem dois tipos de metadados do padrão Dublin Core.

D. Tabela 1:

A autoria das produções dos acervos dos repositórios mapeados mostra-se autocentradas em produções próprias em nível de autoria institucional, autoria individual de consultores e pesquisadores contratados pelas instituições para produção de documentos de tipologias variadas e ainda, a autoria coletiva ligada a grupos de trabalhos e parcerias entre autores e instituições. Enfatiza-se a presença maior de produções autorais em todos os doze repositórios mapeados.

E. Tabela 2:

A partir dos documentos analisados, observa-se que a presença de documentos oficiais em PDF se apresenta nos repositórios com ligação ao governo e empresas, já nos demais repositórios, a presença destes documentos se faz indiretamente através de citações que acompanham textos críticos e contextualização do tema.

## 7. RESULTADO

### Têm-se que:

1. O gráfico 1: Quantidade de tipos de acervo por repositório - resume que há uma diversidade de tipologias de acervos na maioria dos repositórios mapeados, entretanto, apenas um deles apresenta maior contabilidade de tipos de acervo enquanto os demais apresentam entre 5 e 9 tipos diferentes.
2. O gráfico 2: Ferramentas de busca (filtros) disponíveis nos repositórios mapeados - tem-se que entre os doze repositórios mapeados, considerando os vinte e um tipos diferentes de ferramentas de busca existentes entre eles, apenas dois repositórios apresentam a marca de oito tipos de ferramentas de busca.
3. O Gráfico 3: Padrão de metadados dublin core nos RDs mapeados: Demonstra baixa compatibilidade entre as ferramentas de busca disponíveis nos repositórios mapeados com os elementos do padrão *Dublin Core*.
4. A tabela 1 indica que a autoria dos repositórios é voltada para produções próprias em nível institucional e individual com um pouco de produção compartilhada.
5. A tabela 2 indica que documentos considerados oficiais se vinculam principalmente a repositórios institucionais relacionados aos agentes causadores dos desastres criados. Enquanto repositórios vinculados a movimentos sociais, assessorias técnicas e grupos de estudo incluem os documentos oficiais em discursos narrativos críticos.

## 8. CONCLUSÃO

A partir do resultado das pesquisas imersivas de busca avançada pelo acervo e interface dos doze repositórios *on-line* mapeados, se discute a seguinte indagação: há uma grande gama de tipologias de acervo em cada um desses repositórios, mas que fazem usos de ferramentas de busca escassos, o que impossibilita a facilidade de pesquisa nesses sites. Com isso e tendo em vista que a produção desses acervos é auto centrados na autoria da instituição que gere o repositório, há como pensar em um novo repositório que tenha como objetivo a reunião e recomendação de todos os repositórios mapeados neste trabalho a fim de interligar e divulgar outros repositórios acerca do tema para diminuir a dissociação de documentos e causar interoperabilidade entre iniciativas que se unem com o mesmo propósito de reparação dos efeitos da eclosão provocada pelo rompimento de barragem em Mariana (2015) e Brumadinho (2019). Dessa maneira será possível dar luz a narrativas invisibilizadas pela lógica das plataformas que, hoje, tendem a indicar apenas o que está sendo apoiado por grandes empresas e pelo Estado.

Diante as discussões elencadas nas quatro seções deste trabalho há de se concluir a importância de sua abrangência em parâmetros de relacionar a museologia com a evolução de práticas culturais no ambiente digital. A difusão de informações na atualidade leva a considerar que a lógica das plataformas indica uma centralização de poder comunicacional e de visibilidade a instituições de poder político e capital. Os repositórios digitais envolvidos com os rompimentos de barragens em Minas Gerais se inserem nesse contexto enfrentando um ambiente de pouca unificação e pouca interoperabilidade.

Vimos que a Museologia se acorrenta de conceitos que auxiliam no entendimento de como o uso dos RDs apoiam a preservação da memória dos atingidos e as lutas pelos seus direitos de reparação. Com a consolidação da Nova Museologia, os processos museológicos são definidos em toda a comunicação com caráter social de integrar os detentores do patrimônio em sua manutenção e gestão, ou seja, no contexto dos repositórios digitais a partir da iniciativa de ser um instrumento de reparação e apoio à memória dos desastres crimes, com isso, alguns fatores devem ser considerados.

A territorialidade, definida como a relação afetiva, tanto individual quanto coletiva entre os moradores e o lugar de pertencimento, está presente no processo a partir da reunião de documentos importantes à reparação. São evidências de transformações em toda a trajetória do território abalado, desde os desastres crime que passam pelo registro da desterritorialização e reterritorialização que afetou a vida dos atingidos, além de evidenciar

diversas disputas como as ações judiciais, os acordos institucionais e outras ações de reparação vinculadas ao reassentamento (no caso do rompimento da barragem de Mariana) e o reconhecimento dos direitos dos atingidos. A ação de criar um ambiente *on-line* permitiria a ampliação do conhecimento e desenvolvimento cultural e socioeconômico dos territórios atingidos e é um passo estruturante neste processo. Buscou-se mapear os RDs dando visibilidade às narrativas criadas entre os agentes causadores do desastre e os atingidos tendo o percurso trilhado dentro da realidade de transformação simbólica que os desastres criados inseriram ao se tratar de emoções patrimoniais soterradas por uma lógica de mineração imprudente.

Mesmo com a quantidade de RDs sobre o tema do rompimento de barragens, não há um repositório que esteja unificado e referencie os demais para pesquisa, além de não se observar um padrão de metadados que seja totalmente funcional.

Destaca-se, ademais, que não há conhecimento divulgado de como o processo participativo na construção desse instrumento de memória é realizado. Dentro desse cenário, é proposto, a partir desse trabalho, que um novo projeto de pesquisa possa orientar um repositório que faça uma rede de recomendações ao público, com o uso de ferramentas de busca que cumpra com os 15 elementos propostos pelo padrão *Dublin Core*. Além de integrar as comunidades atingidas em todas as fases de execução deste site.

Conclui-se que, dessa maneira, poderão ser minimizadas as falhas de interoperabilidade e dissociação de informações dos RDs, que mantêm em sua gênese, o intuito de serem uma forma de organizar e divulgar documentos. Os processos museológicos, então, facilitarão todos os passos de criação, curadoria de acervos, manutenção da preservação das informações e relação de interação comunicacional.

## 9. REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **A memória do pensamento museológico contemporâneo**: documentos e depoimentos. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. Acesso em: 21 fev. 2026.
- A SIRENE. Jornal. **Jornal A Sirene Edição 0** (fevereiro), 2016. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasilrene>. Acesso em 31 de março de 2026.
- BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas de imagem**: vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo: Ubu, 2021. Acesso em: 31 mar. 2026.
- BEZERRA, Ulpiano . **Os Museus e as ambiguidades da memória**: a memória traumática. Conf. 10o. Encontro Paulista de Museus – Memorial da América Latina. São Paulo, 2018.
- BRANDÃO, Lucas Coelho. **A literatura sobre movimentos sociais**: Interações entre a política institucional e a política não institucional. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB). São Paulo, n. 71, p. 123-143, 2011
- CALDAS, Graça. **Vozes e silenciamentos em Mariana**: crime ou desastre ambiental? – 2. ed. – Campinas, SP: BCCL/UNICAMP, 2017.
- CAMPOS, Linair Maria. **Bibliotecas digitais**. Brasília, DF : CAPES : UAB ; Rio de Janeiro, RJ : Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2018.
- CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS. **Atingidos e ameaçados por barragens**: Direitos conquistados. Belo Horizonte: Cáritas MG, 2021.
- CARNEIRO, Karine Gonçalves; SOUZA, Tatiana Ribeiro de. **Desastralização** – a proposta de uma ferramenta-conceito para analisar casos de desastres criados. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 9, n. 1, p. 505–524, 2023.
- COELHO, Tádzio Peters. **Minério-dependência em Brumadinho e Mariana**. Lutas Sociais, [S. l.], v. 22, n. 41, p. 252–267, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46681>. Acesso em: 26 mar. 2026.
- CONARQ. **Diretrizes para implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq)**. [recurso eletrônico] / Câmara Técnica Consultiva – Certificação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis. 2. versão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2023.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 2003.
- CUNHA, Murilo B. da. **Biblioteca digital**: bibliografia internacional anotada. Ciência da Informação, v. 26, n. 2, p. 195-213, 1997. Disponível em: <http://www.ibict.br/cionline>. Acesso em: 6 de dez. de 2025.
- D'ANDRÉA, Carlos. **Pesquisando plataformas online**: conceitos e métodos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/32043/4/PlataformasPDF.pdf>. Acesso em: 22 de jan. 2026.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLZBACH, Victória. **Décadas de luta pela PNAB: Uma linha do tempo de resistência dos atingidos.** Movimento dos atingidos por barragens, 2026. Disponível em: <https://mab.org.br/2026/03/02/decadas-de-luta-pela-pnab-uma-linha-do-tempo-de-resistencia-dos-atingidos/>. Acesso em: 31 de março de 2026.

HUTTA, Jan Simon. **Territórios afetivos: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 42, v. 2, Número Especial “Múltiplas e Microterritorialidades nas Cidades”, p. 63-89, jun. 2020.

IBAMA. **Laudo Técnico Preliminar: Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana.** Brasília, DF: IBAMA. nov. de 2015.

IBRAM. **Acervos digitais nos museus: manual para realização de projetos.** Instituto Brasileiro de Museus; Universidade Federal de Goiás - Brasília, DF, 2020.

IBRAM. **Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM 2025-2035.** Brasília: IBRAM, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos/plano-nacional-setorial-de-museus-pnsm-2025-a-2035.pdf>. Acesso em: 5 de dez. de 2025.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria.** Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. (Coleção TRANS).

MARTINS, Dalton; CARVALHO JUNIOR, José Murilo Costa. **Memória como prática na cultura digital.** In: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros: Tic cultura 2016. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017. p.45-52. Disponível em: <https://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre--o-uso-das-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao-nos-equipamentos-cul-turais-brasileiros/>. Acesso em: 22 de fev. de 2026.

MOUTINHO, Mário Canova. **Sobre o conceito de museologia social.** Cadernos De Sociomuseologia, v. 1, Portugal: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1993.

NAIDU, Ereshnee. **Da memória a ação: um kit de Ferramentas para Memorialização em Sociedades Pós Conflitos.** International Sites of Conscience. Brasil: Ministério da Justiça, Governo Federal Brasil, 2008.

NOVAIS, Ana Elisa Costa. **Domesticidade.** Ana Elisa Novais, 2024. Disponível em: <https://anaelisanovais.com.br/domesticidade/>. Acesso em: 20 de março de 2026.

OLIVEIRA, Carlos Augusto. **A musealização do território como estratégia de gestão do patrimônio e administração da memória.** Revista *Memorare*, Tubarão, SC, v. 2, n. 2, p. 34-51, jan./abr, 2015.

PACHECO, Aline; CONCEIÇÃO, Caena Rodrigues; PIRRÓ, Juliana Camargo de Faria. **Assessoria Técnica Independente: A luta por direitos das populações atingidas por barragem de mineração.** Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 280–309, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/20672>. Acesso em: 30 mar. 2026.

PEREIRA, Edilson; DUPIN, Leonardo. **De Minas às ruínas: o refazer da memória e da paisagem no pós-desastre de Brumadinho.** São Paulo, 2022.

PRIOSTI, Odalice Miranda; MATTOS, Yára. **Caminhos e percursos da museologia comunitária.** Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, v. 28, p. 1-16, 2007. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/513>. Acesso em: 5 nov. 2025.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: O Museu no ensino de história.** Chapecó: Argos, 2004.

TEIXEIRA, Claudio; RIBEIRO, João. **Dez anos depois: Para quem e para onde é a repactuação?.** Revista *Relato*. Mariana: ed. n.3. p. 7, agosto de 2025.

RIOS, Fahima Pinto; OLIVEIRA LUCAS, Elaine Rosangela; SOARES AMORIM, Igor. **Manifestos do movimento de acesso aberto: Análise de Domínio a partir de periódicos brasileiros.** Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 148–169, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1152>. Acesso em: 5 fev. 2026.

ROCHA, Claudia Lacombe. **Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais.** Rio de Janeiro: Revista *Acervo* (Arquivo Nacional), v. 28, n. 2, 2015.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Edusp, 2006. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/1799>. Acesso em: 30 de março de. 2026.

SILVA, André Fabrício. **Tragédia de Bento Rodrigues: desastre, patrimônio e direito à memória.** 2020. 61 f. Monografia (Graduação em Museologia) - Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020.

SUNER, Marcia Maria Arcuri; LAIA, Paulo Otavio de; SUÑER, Rodrigo. Almeida. **Territórios e patrimônios na lama das negociações : desafios para a museologia comunitária na Barragem de Fundão.** Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico - UFMG, Belo Horizonte, v. 24, n.1, p. 209-244, 2015. Disponível em: <https://www.ufmg.br/mhnbj/wp-content/uploads/2017/02/Vol24n1.pdf>. Acesso em: 16 de jan. de 2025

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Museologia social e comunitária na Paraíba**: memoriação, lutas e resistências. RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo, Maceió, v. 13, n. 5 (Dossiê "Museus, Turismo e Sociedade"), p. 38-58, 2023.

TOSI. Giuseppe; *et al.* (Org). **Justiça de transição**: direito à justiça, à memória e à verdade João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

VARINE. Hugues de. **As raízes do Futuro** - O Patrimônio a serviço do desenvolvimento local: trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta - Porto Alegre: Medianiz, 2012.

WALTER, Isabella de Oliveira. **O urbano no capitalismo do desastre e o negócio da reparação em Mariana (MG)**. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-16012025-093948/>. Acesso em: 10 jan. 2026.